



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO E HOTELARIA**

LORRAINE DA SILVA SANTOS

**AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS URBANAS E A ATIVIDADE
TURÍSTICA EM ITAPUÃ, SALVADOR – BA.**

SALVADOR

2010

LORRAINE DA SILVA SANTOS

**AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS URBANAS E A ATIVIDADE
TURÍSTICA EM ITAPUÃ, SALVADOR – BA.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Turismo e Hotelaria,
Departamento de Ciências Humanas da
UNEB, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel Turismo e
Hotelaria.**

**Orientadora: Prof^a. Dr^a Miriam Medina
Velasco**

SALVADOR

2010

LORRAINE DA SILVA SANTOS

**AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS URBANAS E A ATIVIDADE
TURÍSTICA EM ITAPUÃ, SALVADOR – BA.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Turismo e Hotelaria,
Departamento de Ciências Humanas da
UNEB, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel Turismo e
Hotelaria, à banca examinadora.**

Aprovada em 17 de março de 2010

Professora Doutora Miriam Medina Velasco - orientadora
Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas

Professor Clímaco César Siqueira Dias
Mestre em Geografia

Professor Cássio Marcelo Silva Castro
Mestre em Engenharia Ambiental Urbana

SALVADOR

2010

*Dedico este trabalho
aos meus pais, Roberto e Márcia
e aos meus sobrinhos Arthur e Alexandre*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo Dom da Vida e por todo o discernimento necessário para a realização deste trabalho.

A minha orientadora Miriam Velasco por compartilhar seus conhecimentos com tanta dedicação, me ajudando a trilhar este caminho.

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

Aos meus irmãos pelo incessante apoio.

A Zé pelo companheirismo e carinho em todos os momentos.

Aos amigos, em especial Lizi, Lua, Mari e Vivi, pela compreensão e palavras de incentivo.

*Um velho calção de banho
o dia pra vadiar
Um mar que não tem tamanho
e um arco-íris no ar
Depois, na Praça Caymmi
sentir preguiça no corpo
e numa esteira de vime
beber uma água de coco, é bom*

*[...] Enquanto o mar inaugura
um verde novinho em folha
argumentar com doçura
com uma cachaça de rolha
E com olhar esquecido
no encontro de céu e mar
bem devagar ir sentindo
a terra toda rodar, é bom*

*[...] Depois sentir o arpepio
do vento que a noite traz
e o diz-que-diz que macio
que brota dos coqueirais
E nos espaços serenos
sem ontem nem amanhã
dormir nos braços morenos
da lua de Itapuã, é bom*

*Passar uma tarde em Itapuã
ao sol que arde em Itapuã
ouvindo o mar de Itapuã
falar de amor em Itapuã...*

Toquinho e Vinicius de Moraes (1971)

RESUMO

As transformações espaciais são determinadas pelos principais agentes atuantes no espaço e por fatores políticos, econômicos e culturais, marcados por acontecimentos históricos. A atividade turística pode estar inserida neste contexto, uma vez que a atividade econômica influencia o ambiente, a dinâmica espacial e as ações da sociedade. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a atividade turística e as transformações espaciais da localidade de Itapuã, Salvador – BA. Esta pesquisa possibilita um melhor entendimento de como ocorreu o processo de ocupação urbana em Itapuã, quais foram os períodos históricos significativos, de que maneira as intervenções da atividade turística influenciam as transformações e como os agentes têm atuado na produção do espaço. O estudo baseou-se em pesquisas documentais, dados estatísticos, pesquisa bibliográfica, informações obtidas através da pesquisa de campo, técnica etnográfica, além da utilização de mapas e tabelas para visualização de questões pertinentes ao tema. Considera-se, que é inevitável o uso do espaço pelo turismo e este espaço vem a se transformar em espaço turístico. Os elementos turísticos inseridos no espaço já são, por si só, uma grande intervenção da atividade turística, por alterar a imagem e propiciar uma dinâmica urbana diferente para a localidade. A relação estreita e dependente entre o espaço urbano e o turismo decorre da atuação dos atores envolvidos, que são a comunidade local, as organizações privadas e o Poder Público.

Palavras-Chave: Atividade turística. Espaço urbano. Itapuã. Transformações espaciais.

ABSTRACT

The spatial transformations are determined by the major players operating in the area and by political, economic and cultural matters, marked by historical events. The touristic activities can be in this context, in the way that economic activity affects the environment, the spatial dynamics and the actions of society. The objective of this study is to analyze the relationship between tourism and the spatial changing of the Itapuã neighborhood in Salvador - BA. This research provides a better understanding of how the process of urban transformation took place in Itapuã, what were the significant historical periods, how interventions influenced the tourism and how the agents acted in the process of space production. This study was based on desk Tourism activities research, statistics, literature, information obtained from field research, ethnographic technique, and the use of maps and tables to view issues related to the theme. Therefore, it's inevitable the use of space in tourism. The elements included in the tour area are already in itself a major intervention in tourism, by changing the image and provide a different dynamic to the urban location. This close and dependent relationship between the urban spaces and tourism undergoes different actors, like the local community, private organizations and the Government.

Key Words: Touristic activities. Urban space. Itapuã. Spatial transformations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização de Itapuã e sua divisão	pág. 13
Figura 2	Figura 2 - Crescimento populacional de Salvador	pág. 20
Figura 3	Evolução da Mancha Urbana de Salvador, 1940 – 1980	pág. 22
Figura 4	Abaeté e entorno em 1990	pág. 28
Figura 5	Abaeté e entorno em 2008	pág. 28
Figura 6	Imagem aérea de Itapuã	pág. 35
Figura 7	Itapuã sem pavimentação	pág. 37
Figura 8	Região Metropolitana de Salvador	pág. 40
Figura 9	Abertura da Avenida Paralela, inaugurada em 1974	pág. 41
Figura 10	Imagem área de Itapuã na década de 1980	pág. 42
Figura 11	Igreja Nossa Senhora da Conceição de Itapuã	pág. 46
Figura 12	Igreja Nossa Senhora da Conceição de Itapuã em 1980	pág. 46
Figura 13	Farol de Itapuã	pág. 46
Figura 14	Farol de Itapuã em 2007	pág. 46
Figura 15	Mapa ilustrativo dos pontos turísticos de Salvador	pág. 47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

CAB - Centro Administrativo da Bahia

CEP - Comissão de Planejamento Econômico

CIA - Centro Industrial de Aratu

CIDEU - Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano

CNTur - Confederação Nacional do Turismo

COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

CPUCS - Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

EPUCS - Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador

FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo

GENI - Grupo Ecológico Desportivo e Cultural Nativos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG - Organização Não Governamental

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PLANDURB - Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

RMS - Região Metropolitana de Salvador

SEPLAM - Secretaria Municipal do Planejamento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ESPAÇO URBANO E SUAS TRANSFORMAÇÕES: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA , TEÓRICA E RELAÇÃO COM A ATIVIDADE TURÍSTICA.....	16
2.1 ESPAÇO URBANO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.....	16
2.2 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO BRASIL: O CASO DE SALVADOR.....	18
2.3 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E PLANEJAMENTO URBANO: PLANOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR.....	23
2.4 RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO URBANO E TURISMO	29
3 ITAPUÃ COMO FENÔMENO URBANO E TURÍSTICO.....	34
3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA.....	34
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO EM ITAPUÃ.....	35
4 TURISMO E AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO EM ITAPUÃ.....	47
4.1 COMUNIDADE	49
4.2 INICIATIVA PRIVADA.....	52
4.3 PODER PÚBLICO.....	53
4.4 PERSPECTIVAS DOS AGENTES EM RELAÇÃO ÀS TRANSFORMAÇÕES.....	55
5 CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

Em qualquer espaço habitado pelo homem ocorrem transformações, que são inerentes a sua vontade e constitui uma relação dialética entre o espaço e o homem. Santos (1997) afirma que, os homens são elementos do espaço. Além dos homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas também são. Dessa forma, cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular. Em um mesmo lugar, cada elemento está sempre variando de valor, porque cada elemento do espaço entra em relação com os demais e essas relações são, em grande parte, ditadas pelas condições do lugar.

Ainda segundo Santos (1997), a evolução conjunta num lugar ganha características próprias, ainda que subordinadas ao movimento do todo, isto é, do conjunto dos lugares. Dentro deste contexto, é válido afirmar que o espaço pode sim ser modificado pela atividade turística, no entanto esta atividade também será influenciada pelas características do espaço.

No atual cenário de competições capitalista, cada vez mais acirradas, as cidades são tratadas como produto. Desse modo, para se tornar um atrativo turístico, o espaço urbano tende a ser produzido, de forma a conquistar o consumidor-turista. Nessa constante busca de produzir a imagem de um local, a fim de apresentá-lo como um atrativo para o turista, entram em questão os problemas causados pela disputa de interesses entre o poder público, as organizações privadas e a comunidade local.

De fato o espaço urbano necessita de uma infra-estrutura básica para atender as necessidades de seus habitantes e essa estrutura, por sua vez, servirá de suporte para o desenvolvimento da atividade turística. Contudo, a carência de infra-estrutura se dá, principalmente, porque o interesse do poder público e das organizações privadas, prevalece sobre a classe desfavorecida, refletindo no espaço urbano.

Entender a transformação urbana de um local, bem como, a produção do espaço para a população e para os turistas são um dos fatores motivadores deste trabalho. Itapuã, por ser um dos principais atrativos turísticos da cidade que teve seu espaço modificado também em função do turismo, será o objeto de estudo deste trabalho.

Percebe-se que a comunidade desta localidade tem enfrentado grandes problemas. Esta apresenta uma população predominantemente de baixa renda, com urbanização acelerada e problemas estruturais graves, como falta de segurança pública, infra-estrutura e,

principalmente, saneamento básico. Tais problemas foram causados, também, pela inserção da atividade turística no local, mas paradoxalmente, podem ser resolvidos em função da mesma.

Com base nas justificativas apresentadas, este trabalho tem como tema a análise das transformações espaciais urbanas da localidade de Itapuã, Salvador - BA, em função da atividade turística.

A questão norteadora da pesquisa será desvendar até que ponto, as transformações espaciais urbanas da localidade de Itapuã influenciaram e foram influenciadas pelas intervenções da atividade turística? Tendo como possível resposta a afirmação que diz que, a atividade turística influenciou direta e indiretamente as transformações espaciais urbanas de Itapuã, na medida em que, introduziu neste ambiente, elementos característicos de um lugar turístico. Ao se produzir um determinado ambiente, a atividade turística também é atraída e influenciada por essa área urbana.

O objetivo geral é analisar a relação entre a atividade turística e as transformações espaciais da localidade de Itapuã. E para alcançar este objetivo são necessários alguns objetivos específicos como: analisar o processo das transformações espaciais urbanas de Itapuã, identificando períodos históricos significativos; caracterizar quais foram as intervenções da atividade turística no espaço urbano de Itapuã, identificando origem, alcances e atores envolvidos, e; avaliar quais foram as implicações geradas para a comunidade de Itapuã com a inserção da atividade turística no local e a relação que esta estabelece com a dinâmica do turismo.

Para a execução da pesquisa e o desenvolvimento do trabalho, visto que, o método ajuda a norteá-lo, auxiliando no melhor caminho a ser seguido, esta monografia tem como alicerce o método de abordagem dedutivo por partir de teorias e conceitos mais abrangentes e finalizar com fenômenos particulares. Por definição:

O método dedutivo procura transformar enunciados complexos, universais, em particulares. A conclusão sempre resultará em uma ou várias premissas, fundamentando-se no raciocínio dedutivo. O método dedutivo também pode se realizar nas operações lógicas, nas quais os raciocínios simples podem chegar a enunciados complexos. (OLIVEIRA, 2002, p. 62)

O presente trabalho pretende abordar o tema proposto de forma a se respaldar em contextualizações históricas e teóricas que abordem questões sobre espaço, espaço urbano, planos urbanos, e todos os outros conceitos inerentes ao estudo proposto. Abordar a forma como o turismo se apropria do espaço urbano e o modifica, bem como, apontar suas

consequências para a população são uma das metas que auxiliarão nas conclusões do caso específico da localidade de Itapuã em Salvador.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003) os métodos de procedimento seriam etapas mais concretas da investigação, com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos. Dessa forma, define-se como método de procedimento deste trabalho o método exploratório, por envolver um levantamento bibliográfico, assim como, entrevista com pessoas experientes no assunto e análise de exemplos similares, além de um estudo aprofundado da localidade de Itapuã.

Em se tratando de técnicas de pesquisa, os procedimentos abordados neste trabalho serão: a pesquisa documental, com consulta a fontes que são documentos de primeira mão (de arquivos públicos ou privados) ou de segunda mão como relatórios (de pesquisas, de empresas) e dados estatísticos; pesquisa bibliográfica, de fontes secundárias como jornais, revistas, livros, monografias, teses, meios eletrônicos, dentre outros; documentação direta, através da pesquisa de campo, na qual se procura obter informações no próprio local onde ocorre o fenômeno; etnografia, técnica na qual se busca resgatar imagens do objeto de estudo para comparações de determinadas áreas e suas transformações; observação direta intensiva, por meio de entrevista com a comunidade local e com os empresários que possuem organizações turísticas na localidade de Itapuã.

Para realização do presente trabalho foi necessário fazer um delimitação geográfica da área de estudo. É sabido que Itapuã está localizada na orla Atlântica de Salvador, como se pode observar na seguinte figura:

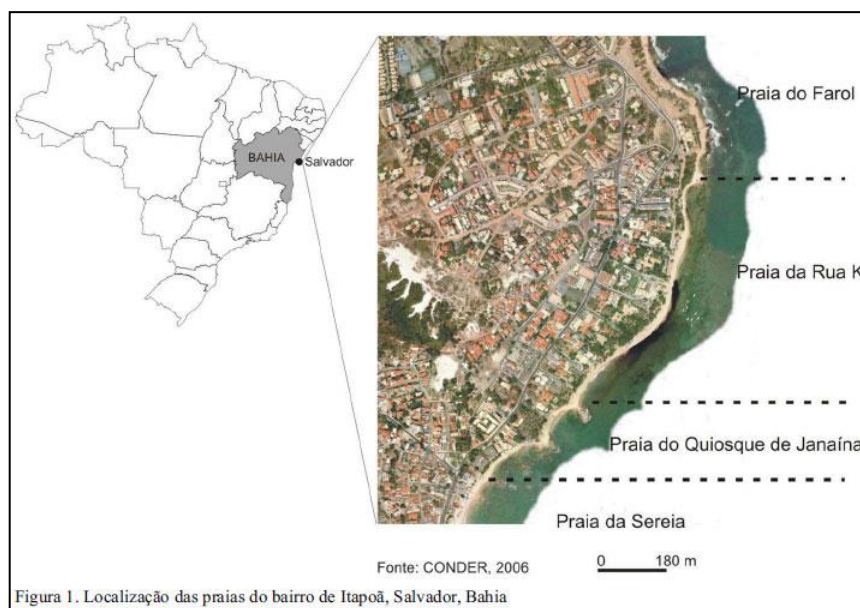


Figura 1: Localização de Itapuã e sua divisão
Fonte: CONDER (2006 in Iracema SILVA, 2009)

Por não existir uma divisão oficial por bairros em Salvador e em função do tamanho da área denominada de Itapuã, os limites da área de estudo foram definidos a partir de referências adquiridas no processo de vivência de pesquisa no local. A área estudada representa em torno de 1,5 Km entre a praia de Sereia e o Farol de Itapuã. Ao longo deste trecho será avaliada toda a zona costeira adjacente que se encontra, de maneira quase que contínua, ocupada por casas, pousadas, restaurantes, lojas, barracas de praia, dentre outros estabelecimentos.

Este trabalho pode colaborar como material teórico de pesquisas, que possibilite a novos acadêmicos e ao mundo científico informações adicionais para o estudo do espaço urbano e sua relação com o turismo. Contribuirá principalmente, com estudos posteriores nas áreas de turismo, que poderá entender melhor a dinâmica de estudar o turismo no espaço e o espaço deste fenômeno; políticas públicas, que terá acesso ao posicionamento de como os órgãos públicos vêm atuando no local; planejamento urbano, que poderá observar o verdadeiro diagnóstico do espaço urbano de Itapuã, tendo como base fatos concretos para um estudo posterior; geografia, por abranger informações ligadas ao espaço e ao planejamento urbano, dentre outras, uma vez que, trará informações embasadas que beneficiará ainda o poder público municipal e toda a sociedade.

Outra questão importante é que, com este trabalho será possível identificar a realidade, mesmo que parcial, da localidade de Itapuã e verificar de que maneira os agentes produtores do espaço atuaram junto ao processo de decisões relacionadas à produção do espaço.

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em três grandes partes. A primeira refere-se à fundamentação teórica, na qual é abordado o espaço urbano e suas transformações, fazendo uma contextualização histórica e teórica que se subdivide em assuntos como: espaço urbano, seus conceitos e características; o processo de urbanização do Brasil e suas influências em Salvador; planejamento urbano através de uma sintética identificação dos planos de desenvolvimentos urbano de Salvador e; por meio de uma análise da relação entre o espaço urbano e turismo.

Na segunda parte, será tratado especificamente de Itapuã como fenômeno urbano e turístico, e a partir disso uma contextualização histórica, abordando as transformações espaciais de Itapuã será feita, de forma a dividir o histórico em períodos que são marcados por acontecimentos significativos na política de turismo e desenvolvimento urbano do país, além de uma análise da relação entre a atividade turística e as transformações urbanas de Itapuã.

A última parte apresenta os resultados da pesquisa de campo, realizada entre janeiro e fevereiro de 2010, na qual foram feitas entrevistas com residentes e com empresários da localidade. A análise da relação entre turismo e os agentes produtores do espaço (poder público, iniciativa privada, e comunidade), e as perspectiva dos atores em relação às transformações espaciais foram abordadas de acordo com informações coletadas em campo e em pesquisas documentais. Na sequência se conclui o trabalho com as respostas para os questionamentos levantados.

2 ESPAÇO URBANO E SUAS TRANSFORMAÇÕES: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, TEÓRICA E A RELAÇÃO COM A ATIVIDADE TURÍSTICA

O espaço urbanizado refere-se a um espaço produzido e conseqüentemente um espaço produtivo. Sendo assim, as transformações espaciais serão determinadas pelos principais agentes que utilizam este espaço e também por fatores políticos, econômicos e culturais. Dessa forma, é válido afirmar que o perfil de uma determinada sociedade pode ser definido através do espaço em que habita, já que o espaço é resultado de uma produção marcada por acontecimentos históricos impostos a este pela sociedade.

A organização do espaço urbano leva em consideração as necessidades atuais e futuras de um local, principalmente no que se refere aos serviços e a infra-estrutura básica que precisa ser oferecida ao residente. Para melhor entendimento do espaço urbano em si e seus diversos fatores e agentes, se faz necessário uma discussão mais detalhada sobre seus conceitos e suas características.

2.1 ESPAÇO URBANO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

O desenvolvimento e a evolução de um determinado espaço não são restritos a uma regra e sim ao conjunto de relações e ações existentes neste espaço. Por isso não existe um tempo determinado para considerar acelerada a criação e desenvolvimento de um espaço. Tudo acontece de acordo com fatores internos e também externos ao espaço.

O espaço, sendo ele dinâmico, reúne a materialidade e a ação humana. Ao longo da história do homem este veio se modificando e transformando conforme a necessidade humana.

Segundo Santos (1996, p. 46) “O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se as outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente”.

O espaço geográfico, assim como os fatos variam no tempo, e vão geralmente se acumulando a partir dos acontecimentos. Pode-se dizer que o espaço apresenta-se estruturado e cada um possui as suas particularidades. O processo de modificação do espaço urbano e

seus impactos são fenômenos cada vez mais importantes e conseqüentemente mais estudados. Afinal, sendo as cidades um espaço socialmente construído e desenvolvido, são sempre mutáveis em resposta à dinâmica social, cultural e econômica de um lugar.

A inserção de uma atividade econômica em um determinado espaço transforma o seu ambiente, sua dinâmica e as ações da sociedade. Esta transformação pode vir a favorecer ou não a comunidade que habita neste espaço e, isso implica em mudança de rotina da localidade.

De acordo com Santos (1997 apud PORTUGUEZ, 2001) o espaço é um produto social historicamente produzido, que soma em suas formas uma série de temporalidades acumuladas, que se materializam territorialmente por meio de vestígios. Essa acumulação de remanescentes independe muitas vezes do grau de tecnificação e de sua localização em meios rurais ou urbanos.

Segundo Santos (1996) o espaço é também, e sempre, formado de fixos e fluxos. Fixos, porém não estáticos, são os centros emissores da demanda, de onde partem os fluxos para os núcleos receptores. O autor ainda afirma que, os elementos construtivos do espaço urbano são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e a infra-estrutura. Esses elementos se entrelaçam, fundem-se, e se confundem, contêm-se uns nos outros e são por todos contidos, produzindo-se a totalidade que, por mais presente, impõe de maneira mais evidente, resultados mais complicados.

O espaço com o qual convivemos todos os dias pode ser, na verdade, o conjunto de elementos resultantes das modificações humanas na natureza, porém não se deve chamá-lo de espaço se tal local não foi habitado por humanos, ou seja, se não houve relações humanas.

O espaço urbano - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de luta – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. (CORRÊA, 2005, p.11).

A tendência com que o espaço vem a ser modificado e produzido em função de suas necessidades é uma característica comum que acontece não só em espaços turísticos. Castrogiovanni (2000) aborda os espaços urbanos afirmando que, em função das transformações econômicas, os espaços urbanos tendem a entrar nos padrões da moda.

O espaço urbano constitui o espaço em que as ações sociais se materializaram de forma mais expressiva, onde a intervenção humana, conduzida pelas diferentes formas de se organizar

enquanto sociedade a partir do uso de diferentes técnicas, foi mais contundente, produzindo assim complexos núcleos de relações sociais materializadas historicamente, tão heterogêneos quanto a diversidade dos elementos que o constituíram. (ANDRADE, 2005, p.26).

Deve-se considerar que o espaço é uma categoria histórica e, por conseguinte, o seu conceito muda, já que aos ambientes se acrescentam novas variáveis no curso do tempo. Afinal, o tempo é alicerce imprescindível para o entendimento do espaço.

De acordo com os fatos e acontecimentos que vão acontecendo através do tempo, aparece de forma clara quem são os agentes ativos de um determinado espaço, ou seja, quem são os atores e produtores daquele lugar. É inevitável admitir que em um campo de lutas, como é designado o espaço urbano por Corrêa (2005), com diferentes interesses, o que prevalece em geral é a vontade dos agentes mais “poderosos”, que podem ser o poder público ou as organizações privadas. De acordo com Raffestin (apud ANDRADE, 2005, p. 35) “o poder é inevitável e, de modo algum inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele”.

Pode se entender, que o fenômeno da espetacularização do espaço urbano, cada vez mais constante, ocorre a fim de produzir um determinado espaço de forma a atingir interesses que possam gerar capital. A atividade turística, de certa forma, acaba se apropriando do espaço e determinando a sua dinâmica. Com isso, o ambiente é reorganizado, a cultura é materializada no espaço a ser consumido, de modo a privilegiar o espaço em favor da atividade turística e de fatores que movimentem significativamente a economia local.

2.2 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO BRASIL: O CASO DE SALVADOR

O reflexo do processo de urbanização ocorrido no Brasil, ainda hoje, pode ser percebido no desenvolvimento das grandes cidades do país. Considerada acelerada, por muitos estudiosos, a urbanização do país deu os primeiros sinais de existência, mesmo quando, não existia o conceito de cidade.

De acordo com Menezes (2002), de 1500 a 1650 predominava no território brasileiro uma estrutura urbana voltada para as necessidades daquele momento, que eram baseadas na praticidade, austeridade, e utilitarismo. Uma fase diferenciada da política de urbanização portuguesa no Brasil marcou o ano de 1720. As atividades sociais, políticas e

econômicas influenciaram a decisão de Portugal em municiar seus principais centros urbanos, dos quais Salvador era o principal, por possuir uma estrutura administrativa e fiscal mais sofisticada. O intuito de Portugal foi fazer com que estes centros atuassem como pólos de controle da produção colonial.

Na segunda metade do século XIX, o fenômeno da urbanização se desenvolveu de maneira rápida e contínua, possibilitando que o traçado urbano fizesse com que a população de Salvador migrasse para outros lugares. Dessa forma, ocorre uma evasão de determinadas localidades, e a sociedade descola-se sentido Orla Atlântica de Salvador.

Observa-se desde o final do século XIX, uma mudança quanto ao local de residência da população brasileira. Em 1940 o processo de urbanização começou a acelerar de forma a deixar claro que a sociedade inicia a troca do campo pela cidade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008), em 1940 a taxa de urbanização era de 31,3% e em 2000 alcança uma taxa de 81,2%. Na década de 1940, os cinco estados mais populosos do Brasil eram São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em 2000, a Bahia trocou de posição com o Rio de Janeiro. Em 1940, o município do Rio de Janeiro destacava-se como o de maior população, seguido dos municípios de São Paulo, Recife, Salvador e Porto Alegre. Em 2000, São Paulo era o mais populoso, concentrando 6,1% do efetivo populacional do país. Diante dos números, o IBGE (2008), concluiu que a população do Brasil aumentou, entre 1940 e 2000, quatro vezes, passando de 41,3 milhões para 169,8 milhões habitantes.

Na tabela que segue abaixo, pode-se verificar todo o processo de urbanização acelerada sofrido pelo Brasil.

Década	População total	População urbana
1940	41.326.000	10.891.000
1950	51.944.000	18.783.000
1960	70.191.000	31.956.000
1970	93.139.000	52.905.000
1980	119.099.00	82.013.000
1990	146.352.150	111.059.000
2000	169.544.443	138.234.000

Tabela 1: Processo de urbanização no Brasil
Fonte: Santos, 1996. IBGE, 2008.

Os anos 60 marcam um significativo ponto de inflexão urbana, e todas as conseqüências deste processo refletiram em todo o país, inclusive em Salvador. Porém vale ressaltar que existem outros fatores que influenciaram no processo de formação e desenvolvimento da cidade na década de 1960.

Assim como várias outras localidades do Brasil, Menezes (2002), afirma que Salvador foi vítima do autoritarismo, clientelismo e corrupção, em função das circunstâncias políticas em que foram impostas as intervenções que transformaram substancialmente a configuração espacial desta cidade. Ao longo das três primeiras décadas do século passado, a intervenção do Estado era marcante, e os vestígios desta imposição proliferam por muitos anos.

Atualmente assim como vem acontecendo com a população brasileira, Salvador vem reduzindo seu ritmo de crescimento e aumentando a longevidade da sua população. Esse processo de transição demográfica é uma das características mais marcantes do fim do século XX.

Segundo o Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano – CIDEU - (2009), Salvador apresentou na última década um crescimento de 1,8%, enquanto São Paulo e Porto Alegre apresentaram, respectivamente, crescimento de 0,9% e 0,8%.

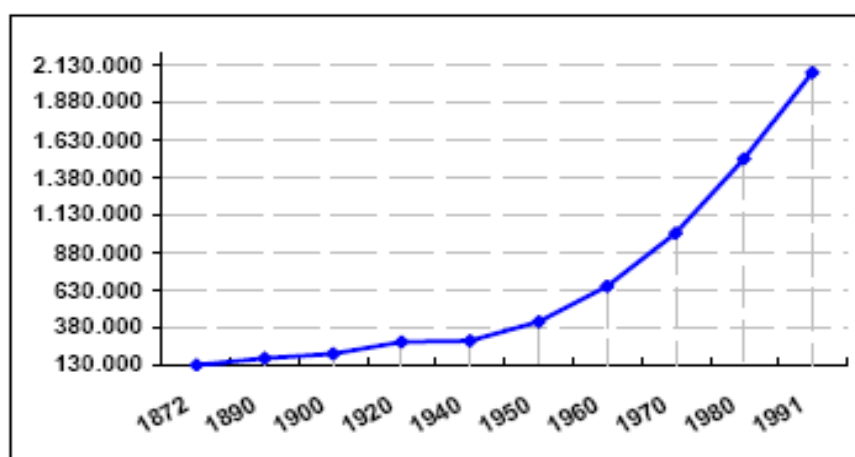


Gráfico 1 - Crescimento da população de Salvador, 1872 – 1991
Fonte: a partir de GORDILHO-SOUZA, 2000.

Figura 2 - Crescimento populacional de Salvador
Fonte: Mendes, 2006

Dessa forma, o padrão de crescimento da população da capital baiana ainda supera do ritmo de crescimento estadual (1,1%) e das principais capitais nordestinas. No período compreendido entre 1960 e 2000 a taxa de crescimento de Salvador passou de 4,4% entre 1960 e 1970 para 4,1% entre 1970 a 1980, 3,0% entre 1980 a 1991, e 1,8% entre 1991 e 2000.

É preciso lembrar que Salvador, nas últimas quatro décadas, passou por grandes transformações, entre outros fatores, por uma reorganização da economia regional. Com isso nos anos 1970 passou da condição de centro mercantil agro-exportador para a de sede metropolitana de uma região marcada pelo processo de industrialização. Essas transformações reconfiguraram sua face urbana, afinal, ao mesmo tempo em que Salvador, atualmente, é um forte pólo de comércio e serviços é também um dos exemplos mais incisivos da exclusão econômica e social dentre as grandes cidades brasileiras. Todos esses fatores supracitados são conseqüências também do processo de urbanização acelerado ao qual a cidade foi submetida.

A Cidade que possuía um único centro no início dos anos 1970, em pouco mais de uma década necessitou de uma infra-estrutura para suportar o crescimento da população, porém foi gerada uma estrutura urbana complexa, com múltiplas áreas de concentração de atividades, deixando de favorecer grande parte da população sotropolitana.

Ainda segundo o CIDEU (2009), dos principais problemas enfrentados pelo desenvolvimento no campo da organização espacial, destacam-se a lógica da segregação social do espaço de Salvador, que se reflete nas formas de apropriação e uso do solo urbano e no acesso diferenciado à infra-estrutura e serviços urbanos pela população.

É visto que Salvador sofreu um processo de urbanização acelerado e intenso. Esse processo se refletiu na localidade de Itapuã que assim como comprovam os dados, mais do que o esperado, sofreu uma explosão demográfica muito grande, nas ultimas décadas. Segundo o IBGE (2007) em 1980 a localidade possuía 23.782 habitantes, passando para 88.600, em 2000. Isso significa um incremento de 372,6%, o que representa um grande aumento populacional em relação a toda a cidade de Salvador, que cresceu cerca de 162%, neste mesmo período.

Para melhor visualização do crescimento da mancha urbana de Salvador, apresentam-se mapas nos quais podem se observar Itapuã no canto inferior direito.

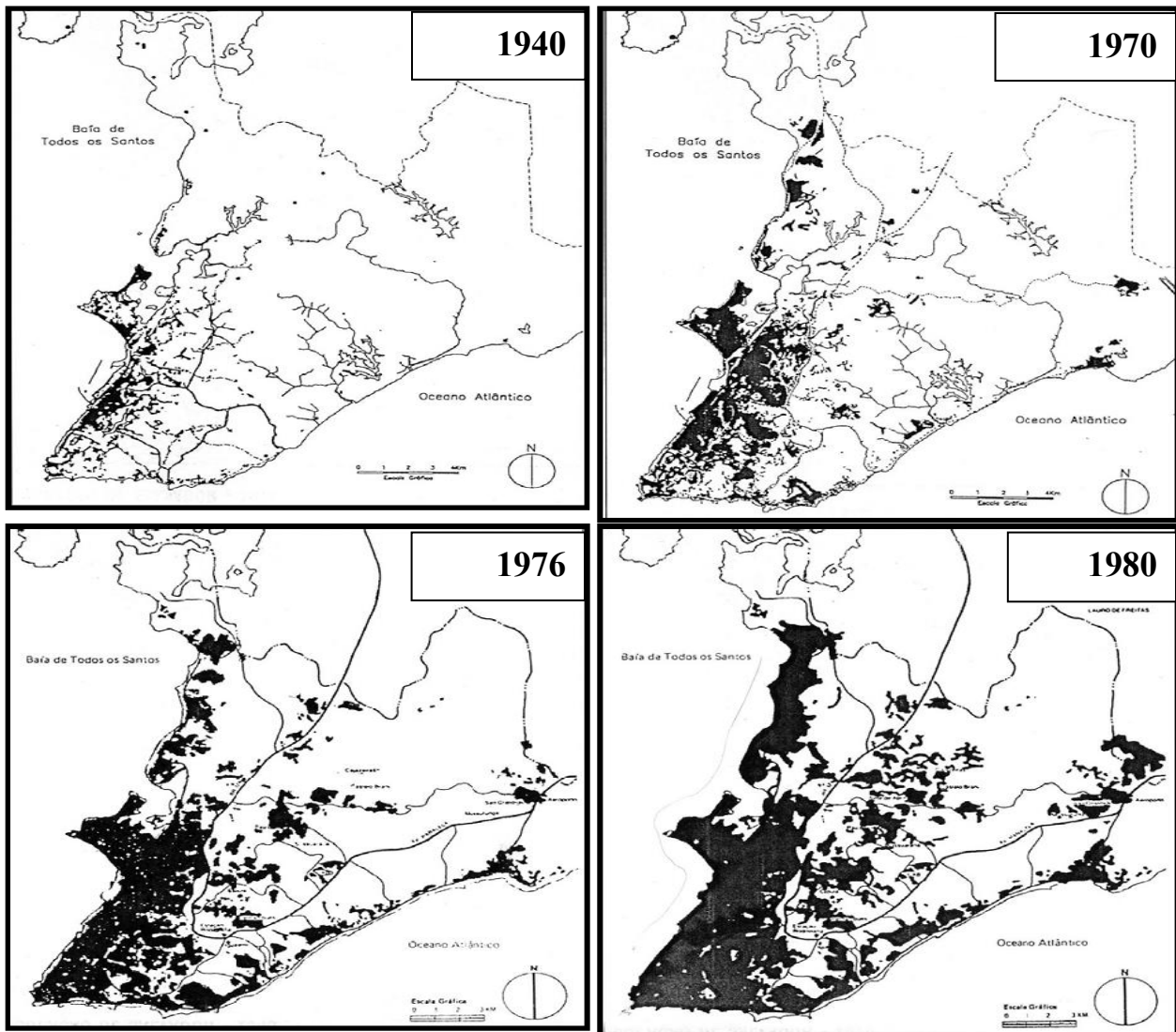


Figura 3: Evolução da Mancha Urbana de Salvador, 1940 – 1980
 Fonte: GORDILHO, SOUZA (2000 in MENDES, 2006, p. 176)

Como pode ser observado, a área de Itapuã começa a se destacar como uma localidade populosa a partir da década de 1980, antes disso a concentração populacional de Salvador era as margens da Baía de Todos os Santos (área do comércio e entorno), que era considerada o centro comercial e empresarial da cidade até meados da década de 1970, quando essa função é transferida para a região do Iguatemi que passa a ter destaque.

2.3 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E PLANEJAMENTO URBANO: PLANOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR

A sociedade brasileira tem direito à saúde, segurança, infra-estrutura, transporte, instalações de lazer e conservação e proteção ambiental. Estes direitos estão assegurados no Art. 6º da Constituição Federal que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010).

Segundo BRASIL (2001) através da Lei n.10.257, denominada “Estatuto da Cidade”, a função de planejar o desenvolvimento urbano do espaço é dada à prefeitura municipal que deve ter por objetivo, diretrizes gerais fixadas em lei que, conceba ao poder público a tarefa de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos habitantes.

Para Lickorish e Jenkins (2000) a autoridade pública, tanto em nível nacional como local, tem dupla responsabilidade. Em primeiro lugar, é a reguladora e guardiã do benefício público, estabelecendo as condições para operação das demandas da população. Ela precisa assumir a responsabilidade pelas preocupações públicas essenciais, como saúde e segurança, proteção do consumidor e operação de uma economia de mercado justa, além de ajudar a maximizar os benefícios nacionais e locais. Em segundo lugar, na perspectiva do turismo, como operadora, deve liderar a tarefa de atrair e receber visitantes.

Para tanto é necessário “arrumar a casa”, ou seja, criar planos e metas que desenvolvam e organizem a cidade. Green (2002 apud LEW, 2004) diz que o planejamento urbano do município deve ser capaz de pensar a cidade estrategicamente para o futuro, garantindo um processo permanente de discussão e análise das questões urbanas e suas contradições inerentes, de forma a permitir o envolvimento de seus cidadãos.

Diante disto, é necessário salientar que antes do turismo ser estruturado, as bases receptivas da atividade (o espaço) precisam ser preparadas, de tal forma que não lese os direitos da comunidade local. Segundo Petenusci ([2003?]) planejamento urbano é uma estratégia de ocupação do espaço urbano, realizada a partir de planos, onde as características físicas são examinadas com estreita relação com as características econômicas, sociais e administrativas.

Na década de 1930 foram criados no Brasil, planos para as esferas urbanas que eram relacionados ao zoneamento. O objetivo era organizar as cidades por áreas de especificidade de acordo com suas funções que poderiam ser no âmbito da habitação, comércio, indústrias, dentre outras, além de controlar o uso do solo urbano.

No entanto o marco do planejamento no Brasil é o Plano de Metas, de 1956, pois segundo Mendes (2006) é o primeiro plano que não se restringe a aspectos parciais da realidade econômica ou visando determinado setor ou região específica, mas trata de medidas coordenadas para orientar tanto o setor público como o privado para a consecução de objetivos previamente definidos.

Carvalho Neto (2002) defende que os anos 1950 foram o marco institucional do planejamento na Bahia. Momento no qual o planejamento, foi visto como instrumento de orientação do desenvolvimento econômico e social. Ainda podem-se identificar outras iniciativas como a criação do Conselho de Desenvolvimento do Estado da Bahia e a Comissão de Planejamento Econômico – CEP, em 1955.

Em Salvador, as iniciativas de planejamento começaram na década de 1940 com o Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador – EPUCS¹. As obrigações do EPUCS eram com a forma da cidade e com o seu ordenamento urbano, incluindo a infraestrutura. De acordo com Mendes (2006), alguns projetos formatados pelo EPUCS, só vieram a ser objetivados nos anos de 1960 e 1970, ainda que não exatamente iguais aos originais. O plano almejava corrigir os defeitos da cidade, ordenar seu desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da sua população.

O plano do EPUCS, apesar da iniciativa, aborda mais estudos e teorias do que ações. Contudo, executar as ações planejadas é imprescindível para iniciar um processo de desenvolvimento e crescimento econômico e social de uma cidade. Porém, vale ressaltar que a intenção do plano era também melhorar a qualidade de vida da população, por tanto é

¹ O plano foi realizado através das seguintes meios: 1 - preparação da planta cadastral da Zona Urbana da Cidade mediante projeto e especificações técnicas detalhadas previamente e aprovadas pelo prefeito; 2 - realização de trabalhos de investigação histórica e científica dos fatores responsáveis pela atual fisionomia da Cidade e apresentação destes estudos em forma de monografias enfileiradas em volumes que comporiam a “enciclopédia urbanística da Cidade do Salvador”; 3 - interpretação dos resultados desses estudos, do ponto de vista da formação estrutural e funcional da Cidade do Salvador; 4 - composição de um corpo de doutrinas e princípios basilares sobre o qual possam assentar os projetos a serem discutidos agora e no futuro; 5 - realização de projetos sugeridos pela investigação e acomodados às suas conclusões, sobre restaurações e correções da estrutura atual da cidade e sobre o desdobramento e expansão de novos setores, que são entregues a prefeitura para a sua possível execução, à proporção que forem sendo organizados, obrigando-se o contratante a dar prioridade àqueles que, sem prejuízo justificado do plano de conjunto, forem preferidos pelo prefeito. SALVADOR (1976, p.39 apud MENDES, 2006, p.144)

reconhecível a importância do EPUCS para o processo de desenvolvimento urbano de Salvador.

Logo após os trabalhos do EPUCS, em 1948, foi criada a Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador – CPUCS, 1948-1958, que era responsável sobre o zoneamento, o uso do solo na Zona Urbana da cidade e o Código de Urbanismo. Posteriormente Salvador passou por um longo período sem possuir um processo formal de planejamento urbano, até a elaboração, pelo poder municipal, do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador – PLANDURB (1975/78). Este plano retomou o processo de planejamento e teve a função de organizar o espaço urbano de Salvador de uma forma diferente da planejada pelo EPUCS.

Para Sampaio (1999) o PLANDURB deu ênfase ao desenvolvimento físico-territorial, se diferenciando bastante da concepção urbano-industrial, a exemplo do Plano do Centro Industrial de Aratu, além de utilizar da estratégia e diretrizes elaboradas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, como base econômica regional, nas quais se definia Salvador como uma cidade cujas atividades estariam mais ligadas ao setor turístico, de serviços e indústrias urbanas. O autor acrescenta que o PLANDURB foi o último e o maior esforço de planejamento para o espaço urbano de Salvador em função do volume de projetos que viriam a ser implantados nos anos seguintes.

Em decorrência do PLANDURB, implantou-se o Planejamento Urbano Normativo que, abrigou três importantes leis. Estas normas da década de 1980 tratam do processo de Planejamento e Participação Comunitária (Lei nº 3.345/83); do Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 3.377/84) e, principalmente; do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, da cidade de Salvador (Lei nº 3.525/85).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, de 1985, foi elaborado pela Secretaria Municipal do Planejamento, SEPLAM, para vigorar até o ano de 1992. As Diretrizes Gerais são definidas em função da estrutura urbana e uso do solo; do ordenamento do uso e da ocupação do solo, e; dos sistemas urbanos.

SALVADOR (1985, p. 17) define sistemas urbanos como “todos os serviços, equipamentos e infra-estrutura urbana que exigem um funcionamento integrado e são voltados para o atendimento do público em suas necessidades básicas”.

Nesta lei foram contemplados os sistemas de transporte viário, de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, abastecimento alimentar, de saúde, educação, de cultura, de áreas verdes, espaços abertos e recreação. Vale ressaltar que a implantação dos

sistemas de transporte viário e a abertura de vias de comunicação foram fatores imprescindíveis para aproximação de Itapuã ao centro da cidade.

Segundo as Diretrizes traçadas para os sistemas urbanos, o setor público deveria encarar como condicionante básico em suas ações o quadro socioeconômico da população de Salvador, tanto o de 1985 quanto o previsto para 1992, nestes termos se apresentavam como prioritária a implantação dos sistemas de infra-estrutura e a indicação de tecnologias e formas de operação destes sistemas.

“A política de sistemas urbanos deverá contribuir de forma incisiva na viabilização de um melhor desempenho da estrutura urbana e na implantação dos objetivos do desenvolvimento estabelecido neste plano” (SALVADOR, 1985, p. 85). Em relação à infra-estrutura, o objetivo estabelecido era ampliar a sua oferta, procurando níveis adequados à demanda, de forma integrada a estrutura urbana compatível com o meio ambiente.

Em se tratando de objetivos gerais no campo econômico, o plano abordava o turismo com o propósito de garantir a vitalidade e manutenção dos fatos geradores de atração mais significativos para o desenvolvimento do setor turístico como atrativos culturais, históricos, ambientais e outros. Propiciar ao setor imobiliário, condições de produção e negócios em níveis adequados e compatíveis com o crescimento da cidade, assim como assegurar a população de baixa renda localização residencial com acessibilidade adequada aos locais de emprego, serviços e lazer, eram objetivos tratados neste plano diretor.

Salvador (1985), através do Plano Diretor de 1985 aborda questões importantes e que parecem ser atuais. Trata dos recursos naturais com o objetivo de garantir a proteção das dunas e praias do município, contra o processo de urbanização incompatível a manutenção da boa qualidade do meio ambiente. Vale ressaltar que foi a primeira vez que a atividade turística foi tratada de forma clara no plano de desenvolvimento urbano da cidade.

No campo cultura, a imagem e desenho da cidade foram citados no sentido de fortalecer e preservar a identidade dos lugares e elementos urbanísticos significativos para a população. Melhorar, mediante a participação dos usuários, os espaços de vivência da população, através da melhoria do nível do desenho urbano, e da integração dos sistemas de infra-estrutura, instalações e serviços, também foram pontos abordados neste PDDU.

O PDDU decompõe a cidade em áreas urbanas, para abordar propostas específicas para áreas definidas por este. Itapuã é abordada na área denominada como Orla Atlântica, que correspondente a Piatã, Itapuã, aeroporto e praias do flamengo. Em relação à estrutura urbana desta área, é instituído que:

As restrições de caráter paisagístico e de imagem condicionam a proposta de baixas densidades para as áreas que, aliados ao alto custo do solo e a ações do mercado imobiliário, configuram, para a mesma, um quadro de referencia típico de predominância de alta renda sobre os demais segmentos da população. Entretanto, é previsto a consolidação dos assentamentos de media e baixa renda, a exemplos de trechos de Pituaçu e Itapuã.

A ocupação dessas áreas somente devem se dar quando as condições mínimas de infra-estruturas estiverem implantadas.

Deverão ser adotadas as seguintes medidas para ocupação da área: - elaborar Planos Urbanísticos específicos que contemplem, dentre outras, a necessidade de:

- estabelecer parâmetros urbanísticos com base em estudos detalhados da imagem ambiental em seus aspectos gerais e particulares, de cada subespaço;

- proteger as nucleações de população de baixa renda, enquadrando as que forem pertinentes como áreas de proteção Sócio-ecológica, estabelecendo parâmetros específicos de ocupação;

- adotar uma política efetiva de recuperação e/ou controle do uso e ocupação das terras públicas municipais remanescentes, antes mesmo, da infra-estruturação do espaço. (SALVADOR, 1985, p. 57).

A Constituição Federal de 1988 pressupõe um planejamento urbano que possa levar em conta aspectos sociais, aspectos políticos e aspectos ambientais. O artigo 182 § 1º, da citada constituição afirma que “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Dessa forma entende-se que o planejamento urbano deverá ser implementado mediante a elaboração de leis que o normatizem e, sobretudo, mecanismos de inclusão para a participação e intervenção da comunidade e entidades no processo de reflexão sobre a cidade em si.

Não obstante, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano foi reformulado, porém tratando de algumas questões não abordadas anteriormente. A prefeitura municipal de Salvador aborda no seu PDDU, de lei N° 7.400/2008, do título I, artigo 3º, parágrafo III que:

A política urbana do município tem por finalidades propiciar as condições necessárias à habilitação do Município para a captação de recursos financeiros de apoio a programas de desenvolvimento urbano junto a fontes nacionais ou internacionais; [...] no parágrafo IV, motivar e canalizar adequadamente a participação da sociedade e dos órgãos e entidades públicas nas decisões fundamentais relativas ao desenvolvimento urbano e metropolitano. (SALVADOR, 2008).

O PDDU de 2008, estabelece ainda que são princípios da política urbana do município de Salvador, a função social do município que corresponde ao direito à cidade para todos, isto compreende os direitos a terra urbanizada, moradia, saneamento básico, segurança física e psicossocial, infra-estrutura e serviços públicos, mobilidade urbana, acesso universal aos espaços e equipamentos públicos e de uso público, educação, trabalho, cultura e lazer, o exercício da religiosidade plena e produção econômica. Assim como no inciso 3º o Plano Diretor defende a cidade sustentável afirmando que esta propicia o desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando a garantir qualidade devida para as gerações presentes e futuras.

Contudo, Dias (2005) afirma que os atuais planos diretores urbanos, embora estejam de acordo com Estatuto da Cidade, nascem velhos. Na medida em que as possibilidades de abrangência de outras escalas que não seja a municipal são inexistentes, os planos diretores não alcançam, questões como: poluição atmosférica, poluição das bacias hidrográficas, esgotamento sanitário, destinação do lixo, transportes metropolitanos, áreas de lazer, áreas de preservação, habitação, educação e saúde.

Com a identificação de princípios dos planos de desenvolvimento de Salvador, pode-se perceber quais são as leis estabelecidas no município em relação ao espaço urbano e como questões abordadas atualmente foram previstas há décadas atrás. É perceptível também que muitas ações não foram postas em prática e que o planejamento assim como o ordenamento do uso do solo não recebem a atenção devida. Contudo, alguns fatos abordados, mas não bem desenvolvidos, refletiu na poluição das praias de Itapuã e degradação das dunas do Abaeté, apesar da criação da APA² Lagoas e Dunas do Abaeté através do Decreto nº351 de 22 de setembro de 1987.

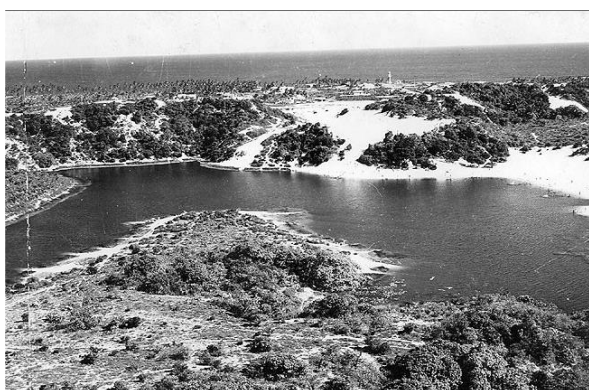


Figura 4: Abaeté e entorno em 1990.
Fonte: A TARDE (2008 in GONÇALVES 2009, p. 67)



Figura 5: Abaeté e entorno em 2008.
Fonte: A TARDE (2008 in GONÇALVES 2009, p. 67)

Comparando as figuras apresentadas, é perceptível que o a Lagoa do Abaeté foi degradada, em função do seu entorno. Dessa forma, entende-se que o uso e ocupação do solo de Itapuã não foram controlados de forma efetiva, bem como, as questões ambientais que resguardam o ecossistema da lagoa, não executadas.

Quando uma localidade possui um potencial turístico, pressupõe-se que o governo também tenha o compromisso de apoiar o local com o a recepção dos visitantes e com desenvolvimento do produto, entendendo que o retorno da atividade turística beneficia a população local como um todo. Neste contexto, as informações sobre os planos de Salvador serão utilizados para análise das transformações espaciais ocorridas na localidade de Itapuã.

2.4 RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO URBANO E TURISMO

A atividade turística é, ao mesmo tempo, depredadora e desenvolvimentista do espaço, por se apropriar deste para desenvolver suas atividades e promover uma infraestrutura ao turista. Em contrapartida, existem ocasiões em que a atividade turística é a única garantia de sobrevivência de um determinado espaço, que existe em função do turismo.

É inevitável o uso do espaço urbano pela atividade turística. O espaço apropriado pelo turismo, geralmente, corresponde ao pedaço do espaço geográfico cuja produção, em parte, o desenvolvimento está sendo determinado pelo turismo.

Cruz (2001) aborda o espaço geográfico como o principal objeto de consumo do turismo e afirma que disso decorre uma das mais importantes especificidades da prática social do turismo: o consumidor-turista tem de se deslocar até o ponto a ser consumido, o lugar turístico. “O espaço do/ou para o turismo constitui uma mercadoria complexa, pois ele mesmo é uma mercadoria. Trata-se da natureza, ou produção social, incorporada em outra mercadoria, mas como parte da mesma produção do espaço” (RODRIGUES, 1999, p.58).

Dessa forma deve-se perceber que o turismo ao se inserir em uma localidade, torna-se parte dela. Não existem espaços separados. O espaço da comunidade é o mesmo do visitante. A atividade turística não é menos responsável por aquele espaço do que a comunidade local. Assim como intera Lozato Giotart ([199-?] apud MONTEJANO, 2001, p.

249) quando diz que “o turismo não nos parece nem mais responsável nem mais perigoso para o patrimônio natural do que para a ocupação do espaço”.

Para melhor compreensão das relações entre o espaço e o turismo, é necessário conhecer alguns conceitos. Em 1974, Fuster já dizia que o turismo é de um lado o conjunto de turistas; de outro, os fenômenos e as relações que essa massa produz em consequência de suas viagens. Já Rodrigues (2001) acredita que o turismo é hoje um fenômeno econômico, social, político e cultural com importantes impactos ambientais.

“O turismo, entendemos, é, antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo. Por ser uma prática social, o turismo é fortemente determinado pela cultura”. (CRUZ, 2001, p.5).

Para Montejano (2001) No campo da cultura, o turismo contribui para o crescimento cultural dos povos, favorecendo um enriquecimento da formação e conhecimento dos turistas em relação aos lugares visitados. E ainda completa:

O turismo tem também uma incidência nas relações sociais entre os turistas dos países emissores e os cidadãos dos países receptores, produzindo-se intercâmbios de hábitos e normas sociais, assim como melhor conhecimento entre os povos, convertendo-se em elemento fundamental de paz e harmonia entre eles. (MONTEJANO, 2001, p. 6)

Por ser uma prática social o turismo possui uma forte ligação com a comunidade local, no entanto quando a prática do turismo é desenvolvida em grandes cidades, a relação com a comunidade tende a ser diferenciada. Em função de outros fatores, que movem os grandes centros urbanos, os residentes não dispõem de tempo livre para interagir com os turistas. No entanto o ato de visitar grandes cidades possui características que constituem esta prática como turismo urbano. Segundo Montejano (2001), o turismo urbano é a atividade de tempo livre que se desenvolve nas grandes cidades durante um tempo mais ou menos prolongado, que pode oscilar de um final de semana a uma semana. Consiste na apreciação de vários atrativos juntos, como sol e praia, turismo cultural, visitas a ambientes naturais e monumentos.

Dentro desta perspectiva do turismo urbano, consiste o turismo de Itapuã. Por ser um local que possui atrativos naturais e culturais, além de uma forte tendência para sol e praia, pode-se afirmar que o local engloba todas as características de um centro urbano com fortes potencialidades e com características específicas que não anulam o seu peculiar aspecto metropolitano.

As grandes cidades são reconhecidas por uma forte identidade e recebem um número significativo de visitantes, em função do seu caráter metropolitano. Embora estas não desempenhem funções exclusivamente turísticas abrigam vários pontos de interesses, que as tornam convidativas. No entanto os residentes geralmente estão dispersos, por habitarem em uma grande metrópole na qual a mobilidade é mais complicada. Pressupõe-se então que, uma das condições para alcançar o sucesso de um destino turístico urbano é a disponibilidade e capacidade que os profissionais do turismo tem para acolher bem os visitantes, cada vez mais exigentes.

Conforme afirma Vieira (2005) as localidades que, por sua posição geográfica favorável, desfrutam do brilho e do calor do sol, atraem muitos visitantes em determinadas épocas, quando seu local original não possui atrativos. As cidades praianas brasileiras há muito detêm as maiores porcentagens de turistas. A singularidade turística litorânea fica por conta da ocupação do sítio que, geralmente, está disposto linearmente, acompanhando o recurso paisagístico. Além disso, as faixas litorâneas, frente ao mar, são ocupadas para o turismo e a população original está instalada mais a distância da orla, pela valorização financeira dos terrenos nesta. Ou seja, a realidade do sistema capitalista, muitas vezes está estampada na dinâmica de ocupação do solo de um local.

A existência de uma orla em qualquer localidade, por si só, já é uma potencialidade turística. Conseqüentemente, este atrativo pode ser uma alternativa econômica para a população local, além de uma possibilidade de desenvolvimento social, se tratando de melhoria na qualidade de vida. No entanto, nem sempre a população de baixa renda tem acesso a este equipamento de lazer, a segregação social pode acontecer quando a infraestrutura do atrativo passa a ser preparada para o turista e não para a comunidade.

Para o desenvolvimento turístico urbano pressupõe que haja um planejamento que promova, desenvolva e conserve o destino e seus diferentes produtos turísticos. O turismo cresce através de um sistema de iniciativa do mercado e do apoio governamental.

Ruschmann (1997) afirma que a finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade. Este mesmo autor assegura que o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, para evitar que, assim, o turismo destrua as bases que o fazem existir.

O turismo é um consumidor intensivo de território, e, portanto deve-se planejar seu desenvolvimento numa ótica que aponte claramente quais objetivos econômicos se desejam alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual a identidade que será adquirida e fortalecida. O patrimônio natural e cultural está integrado ao território e, portanto, qualquer iniciativa de desenvolvimento deve contemplar a utilização racional dos recursos dentro de perspectiva de um modelo de desenvolvimento sustentável. (DIAS, 2003, p.37).

As políticas de turismo, estabelecidas pelas instituições públicas, sempre regidas pela política econômica vigente, hoje trabalhando em função do mercado globalizado, contemplam as elites hegemônicas do capitalismo mundial, expressando-se por necessidade alheias aos interesses locais. Neste sentido destaca-se a colocação de Rodrigues (2001) que diz que, “desenvolvimento sustentável” é uma expressão ambígua, que nos discursos oficiais os cuidados com o meio ecológico, procuram legitimar as intervenções em nome da melhoria da qualidade de vida das populações anfitriãs - um *slogan* para dar mais credibilidade e que não vem sendo executado de acordo com seus princípios.

É válido salientar que a implantação da infra-estrutura e dos equipamentos de lazer, geram custos muito altos que incidem indiretamente na população local na forma de recolhimento de altas taxas e tributos. Rodrigues (2001) ainda afirma que o custo de vida num espaço turístico é comprovadamente muito mais alto do que os das áreas circunvizinhas. A supervalorização dos imóveis para a venda e locação é um dos aspectos mais palpáveis.

Além da especulação imobiliária, o preço do serviço do abastecimento é elevado durante a alta estação e atinge a todos indistintamente - a população de veraneio e a população residente. E ainda vale salientar que a infra-estrutura local nem sempre atendem as necessidades da demanda, ocasionando grandes transtornos como falta de água, sobre carga na rede de esgotos, acúmulo de lixo, escassez de gêneros alimentícios, congestionamentos no trânsito, insuficiência de estacionamento, só pra citar os mais comuns.

Por outro lado, o planejamento turístico identifica os segmentos que poderão ser trabalhados com a oferta de produtos específicos que atendam as necessidades e desejos da demanda localizada, mas, para tanto, há necessidade do envolvimento da população residente nesse processo, pois, o principal vendedor deste produto é o que mais consome, neste caso, o seu residente.

O turismo introduz novos códigos culturais e propõe novos sistemas de símbolos baseados em imagens que substituem a realidade e conduzem a julgamentos segundo códigos impostos pela mídia. Assim a publicidade não se limita a designar o produto particular a vender, porém, pela utilização de uma linguagem e de meios de informações cuidadosamente

elaborados, difunde-se uma imagem de um modo de vida e de uma ideologia inspirados por grupos líderes da população, aos quais convém imitar pelos seus comportamentos e hábitos de consumo. A insatisfação nascida do quadro de vida urbano é exacerbada vendendo-se os espaços turísticos como paraíso. (RODRIGUES, 2001, p.27).

Caberia ao Estado realizar um planejamento dos recursos e da oferta no que diz respeito a desenvolver políticas de econômicas, sociais e culturais, conforme as necessidades locais não conforme a demanda turística. Montejano (2001) assegura está postura, dizendo que o planejamento do espaço turístico consiste, pois em ordenar e condicionar o território que tem a possibilidade de desenvolvimento com base em uma infra-estrutura e em alguns recursos turísticos para atender as necessidades dos residentes e a corrente turística que se desloca até ele.

Dessa forma deve-se entender que, um planejamento turístico necessita de alguns recursos turísticos que venham trazer o retorno desejado tanto para a população, quanto para os turistas. É válido verificar se há a possibilidade de criar uma oferta de equipamento e serviços de qualidade como hotéis, transportes, restaurantes, dentre outros, para atender a demanda turística interessada naquele recurso, sem interferir no cotidiano dos residentes. Ordenar o território e construir a infra-estrutura correspondente, como esgotamento sanitário, sistema de transporte público, iluminação, água, é necessário para estabelecer os objetivos do planejamento, programas e orçamentos.

Vale ressaltar que o planejamento por si só não é válido. É imprescindível executar e acompanhar o decorrer da ação para que assim possa chegar a objetivos como crescimento econômico e progresso social. O entendimento de que o turismo, o espaço urbano e o planejamento estão interligados é necessário para compreender que a qualificação do espaço turístico depende da qualidade do espaço urbano e da qualidade de vida da população residente. Assim sendo, o planejamento e a execução têm maior chance de lograrem êxito.

Com isso, pressupõe-se que a relação entre espaço urbano e turismo, necessita de um planejamento equilibrado para que os habitantes e os visitantes convivam em harmonia. Quando existem recursos, sejam eles potenciais geográficos, históricos ou culturais, que possuam um núcleo turístico, com poder de atração e motivação sobre os turistas, é necessário que haja a infra-estrutura, como vias de comunicação, hospedagens, restaurantes, transportes, instalações esportivas e recreativas, sempre baseada nos elementos físicos que compõem o mercado para poder atender as necessidades dos turistas e da população local.

3 ITAPUÃ COMO FENÔMENO URBANO E TURÍSTICO

Itapuã é, sem dúvida, um verdadeiro fenômeno. Com uma história única na qual, sua potencialidade natural junto à cultura e ao misticismo, foram imprescindíveis na formação de sua identidade.

A história de Itapuã não esconde o grande processo de urbanização acelerada que sofreu. Desenvolveu-se rapidamente através dos seus próprios recursos, como a sua natureza exuberante que possui um forte apelo turístico e foi também uma fonte de sobrevivência para a população através da pesca, por muitos anos. Pode-se considerar que o turismo chegou a Itapuã de maneira abrupta, através de um movimento iniciado pela região metropolitana de Salvador.

Por muito tempo Itapuã possuiu uma imagem romantizada de um lugar mágico e tranquilo e essa visão foi produzida e difundida também por artistas ilustres como Dorival Caymmi e Vinicius de Moraes, que cantaram e defenderam Itapuã por muito tempo. Hoje a localidade sente o gosto amargo do descaso. Com uma infra-estrutura urbana insuficiente Itapuã sofre com as conseqüências de um processo de urbanização acelerado e não planejado ao qual foi submetida. Dentro deste contexto aborda-se o histórico de Itapuã, relacionando as suas transformações espaciais ao espaço urbano e à atividade turística.

3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA

Distante do centro da cidade cerca de 21 km (tomando como referência o Farol da Barra), Itapuã faz limite com de Piatã, Bairro da Paz, São Cristóvão, Stella Maris e com o município de Lauro de Freitas. Em 2008, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a localidade possuía 250 mil habitantes. De acordo com o clima da cidade de Salvador, Itapuã possui um clima tropical predominantemente quente, com chuvas no inverno e verão seco. No entanto, a brisa oriunda do Oceano Atlântico deixa agradável a temperatura do local mesmo nos dias mais quentes.

Como já foi dito anteriormente, os limites da área de estudo foram definidos a partir de referências adquiridas no processo de vivência de pesquisa no local. A área estudada representa em torno de 1,5 Km entre a praia de Sereia e o Farol de Itapuã. Para melhor

visualização da localidade que já foi e será citada em todo o trabalho, segue abaixo uma imagem de Itapuã, com a demarcação da zona delimitada:



Figura 6: Imagem aérea de Itapuã
Fonte: Google Earth, 2009. Modificado pela própria autora.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO EM ITAPUÃ

A seguinte contextualização histórica de Itapuã foi baseada em documentos sobre acontecimentos históricos marcantes para o turismo e para o urbanismo, nesse sentido dividiu-se o histórico de Itapuã em seis grandes períodos considerados importantes, por estarem relacionados com políticas de turismo que influenciaram, ou não, cada época. A contextualização de Itapuã dialoga com fatos importantes para o processo de urbanização do local. Dessa maneira, todo o levantamento necessário para a periodização foi apresentado por influenciarem acontecimentos específicos em determinadas épocas. Segue abaixo um quadro que apresenta os anos que marcam cada período:

DENOMINAÇÃO DO PERÍODO	FATOS MARCANTES	PERÍODO
Itapuã: A descoberta de uma potencialidade	Descoberta do potencial do local para a comercialização de pescados e como centro exportador das mercadorias.	1500 a 1900
Início de uma nova organização sócio-espacial	1º projeto de ordenamento territorial; passa a ter função de um bairro balneário da Salvador	1930 a 1959
O mais novo atrativo turístico de Salvador	O local passa a ser o mais novo ponto de veraneio gerando valor a especulação imobiliária; atração de novos empreendimentos turísticos	Década de 1960
A urbanização turística do espaço	Influência do processo de urbanização do Brasil e da industrialização na região	Década de 1970
Explosão demográfica e o fortalecimento do turismo	Crescimento populacional e ascensão da atividade turística no local.	Década de 1980
Declínio do Fenômeno Itapuã	Incentivo ao turismo em contra partida, graves problemas estruturais urbanos	De 1990 aos dias atuais

Quadro 1: Periodização da localidade de Itapuã.

Fonte: Elaborado pela autora, 2010

• **Itapuã: A descoberta de uma potencialidade**

Como todo território brasileiro, Itapuã antes da chegada dos colonizadores era terra de índios. Uma terra cheia de riquezas naturais foi desejada por Portugueses que viram ali uma oportunidade de difundir e construir seus objetivos econômicos.

Em 1552 Itapuã deixa de ser terra dos índios, os colonizadores que dominavam o território. À medida que a colonização do território avançava nos arredores do lugarejo, os indígenas resistiam e iam construindo um grande sobrado para observar o movimento dos navios veleiros que se aproximavam da costa e também para lutar contra as invasões estrangeiras. Alguns colonos se instalaram em torno da atual Praça Dorival Caymmi, vivendo da pesca da baleia, da carpintaria naval, do artesanato de cordas e da marcenaria, o que reprimia cada vez mais a comunidade indígena.

Já em 1760 a economia da cidade se intensifica quando Salvador começa a ser iluminada com o óleo retirado das baleias, exportado para a Inglaterra, a Espanha e Portugal. A ocupação progressiva transformou Itapuã, em seguida, na Vila Velha dos Caboclos, onde se comercializava produtos advindos da pesca e era centro polarizador e exportador das mercadorias produzidas na região do Recôncavo Baiano.

Nesta época, na Europa, o turismo como atividade econômica organizada começou a dar grandes saltos com a Revolução Industrial. Afinal esta incentivou avanços em comunicações, técnicas de mercado e transportes, além de ocasionar a conquista dos trabalhadores, de um tempo livre maior, o que contribui para o desenvolvimento desse setor.

Em Itapuã ainda na década de 1760, segundo Silva (1993), não havia proprietários das terras, mas benfeitorias de foreiros e arrendatários dos terrenos, e este regime permaneceu até o início do século, quando a prefeitura de Salvador instalou uma Direção do Patrimônio, a fim de administrar os bens do município.

Em 1930 Itapuã possuía poucas construções, o meio de subsistência da população continuava sendo a pesca, e os pescados eram trocados por outros alimentos ou até mesmo distribuídos para a população quando a oferta era maior que a demanda.



Figura 7: Itapuã sem pavimentação. Ano não informado.
Fonte: Baiano, 2008

Assim como mostra a foto, Itapuã ainda não era asfaltada quando, nacionalmente falando, o turismo começa a surgir de forma constituída, o que vai acarretar em uma nova organização sócio-espacial da qual a atividade turística vai fazer parte.

- **Início de uma nova organização sócio-espacial**

Na década de 1930, segundo Cruz (2000), no Brasil, começa a “pré-história” jurídico-institucional das políticas nacionais de turismo, iniciou-se com a emissão do Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, art. 59, que dispõe sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres.

Logo após esse os anos 30, a localidade de Itapuã conhece seu primeiro grande projeto de ordenamento territorial, em 1940. Com este projeto vieram outros fatores que começaram a dar início a urbanização do local. Para construção da Base Aérea de Salvador, o governo federal, por decreto, declara de utilidade pública para fins militares uma área de aproximadamente 2.000 hectares. Sendo assim, novas habitações para os funcionários da base e, a abertura de novas vias de ligação entre o litoral e o interior (a estrada de Mussurunga, a estrada velha de Ipitanga) marcou o início de uma nova época.

Segundo Carvalho (2000), neste período no decorrer do Plano de Metas, 1956-61, criou-se a Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR, 1958, à qual caberia coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo. A Combratur foi extinta em 1962 e, com ela, foram enterradas as diretrizes que propôs e que jamais foram implementadas.

Com isso “começa a se transferir o eixo prioritário das políticas públicas de turismo da organização do setor – do ponto de vista das agências de viagens e turismo – para a ampliação e modernização do parque hoteleiro do país” (Cruz, 2000, p. 47).

A cidade de Salvador apresentou, como boa parte das cidades litorâneas do Brasil, um crescimento próximo ao mar. No entanto, a consolidação da urbanização da cidade deu-se na faixa do mar voltada para a Baía de Todos os Santos. Posteriormente, o crescimento veio acontecer em direção ao norte da cidade, acompanhando a faixa litorânea banhada pelo Oceano Atlântico. A partir dos anos 1950, a mancha urbana da cidade começa a ser influenciada também pela dinâmica industrial que começa a se estabelecer na Região Metropolitana.

Em Itapuã, a partir da década de 1950, o local perde sua função de apenas centro polarizador do litoral norte, assumindo aquela de bairro balneário da Cidade de Salvador. Isto constituirá um fator de mudanças na estrutura sócio-econômica e cultural local.

A partir daí, registra-se um marco na história de Itapuã, pois com o início do processo de urbanização, acontece a introdução da atividade turística na localidade. Todo o processo começa a ser intensificado a partir de 1960.

- **O mais novo atrativo turístico de Salvador**

Itapuã a partir de 1960 começou a ganhar uma nova configuração sociocultural, nesta década à localidade foi se transformando em um ponto de veraneio, os veranistas e suas casas de turista propiciaram à comunidade a descoberta de uma nova forma de sobreviver: da atividade turística. Não se tratando mais da vila de Itapuã, o local passa a dar espaço a um processo de parcelamento e comercialização de terrenos. A chegada de veranistas fez crescer o valor da especulação imobiliária do local. Porém, vale ressaltar que, o movimento de comercialização de terrenos partiu do poder municipal, geralmente, via desapropriação.

O Decreto-lei 55, de 18 de novembro de 1966, que institui a Política Nacional de Turismo. Dessa forma a atividade turística, fica mais evidente como uma atividade econômica o que gera interesse dos órgãos públicos que começam a investir no setor.

Segundo Cruz (2000, p. 49) o Decreto 55/66 estava em consonância com o Plano de Ação Econômica do Governo e, tinha como um dos objetivos, diminuir os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, para a melhoria das condições de vida da sociedade. Neste plano, o turismo recebeu tratamento explícito como atividade estratégica de desenvolvimento econômico.

Tratando-se de espaço urbano de Salvador, em 1968 o então prefeito municipal, Antonio Carlos Magalhães, promulga a Lei da Reforma Urbana. A partir daí, quase totalidade do território de Itapuã foi comercializado. A especulação imobiliária com fins turístico-residenciais, cada vez mais crescente, passa a ter campo livre. Devido às múltiplas canções que descreviam suas belezas e encantos, Itapuã passou a atrair moradores ilustres, como Dorival Caymmi e Calazans Neto, e um número cada vez maior de turistas que, conseqüentemente, propiciaram a construção de uma oferta de serviços complementares. A década de 70 marca um forte período de transformações urbanas que ocorreram em função da atividade turística que estava em ascensão no local.

- **A urbanização turística do espaço**

Na década de 1970 há uma crescente imagem do turismo como vetor de desenvolvimento, no sentido de ser uma alternativa econômica de caráter local. No entanto, esta visão não anula o fato da atividade turística ser também um fenômeno social capaz de

grandes interferências nos espaços onde acontece, principalmente por interferir no processo de produção do espaço.

Para Luchiari (1998, apud COSTA, 2002) a urbanização turística pode ser entendida como uma nova organização sócio-espacial originada da junção entre velhos e novos espaços, acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, elegendo novas paisagens a serem valorizadas pelo lazer.

A década de 1970 foi marcada, ainda, pelo desenvolvimentismo e metropolização. Esse fator junto a industrialização e urbanização acelerada, falta de controle do uso e ocupação do solo, pelas instâncias de planejamento municipal e metropolitano, facilitaram a implantação de ocupações e parcelamentos clandestinos, numa entrelaçada mistura de reservas fundiárias públicas e privadas. Os setores sociais médios no local tenderam a crescer moderadamente, ao lado de um também moderado decréscimo dos setores de menor renda. Em resumo, desde então havia uma diferença muito grande entre a área ocupada por veranistas e a área ocupada pela população residente de Itapuã.

A nova estruturação urbana de Salvador e entorno, determinada pelo desenvolvimento industrial, fez com que questões em torno dos transportes coletivos, da circulação e do estabelecimento de sub-centros fossem repensadas em função da recém criada Região Metropolitana de Salvador – RMS (1973).

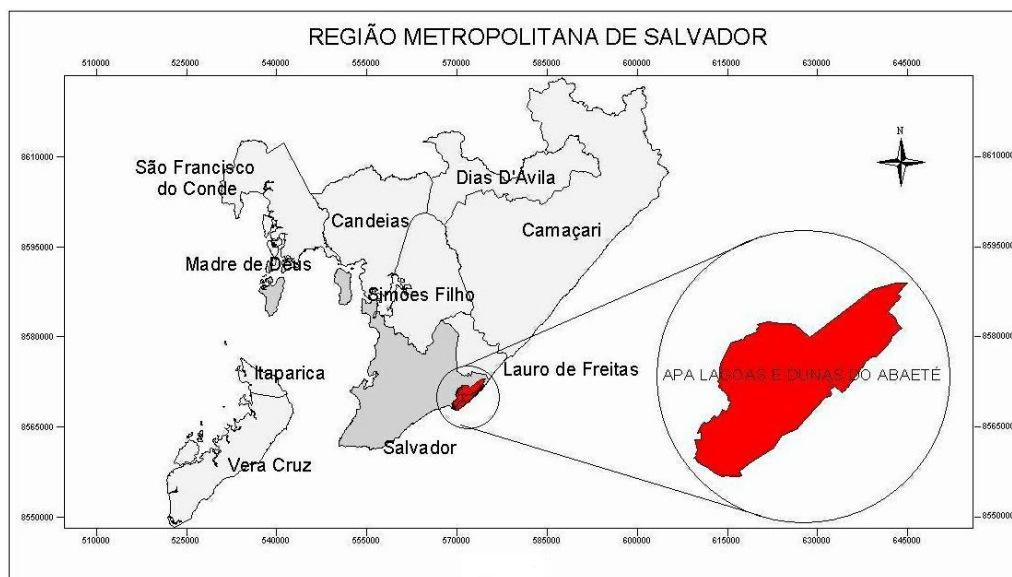


Figura 8: Região Metropolitana de Salvador
Fonte: SALVADOR, 2004

É válido salientar que a região metropolitana movimentou o turismo na região de Itapuã, uma vez que a população do entorno veraneavam no local. A proximidade de centros industriais também influenciava na demanda turística do local.

Dessa maneira a abertura da Avenida Paralela, com uma extensão de, aproximadamente, quatorze quilômetros, cortando a Mata Atlântica em direção ao vetor norte da cidade foi uma das maiores articulações da época.



Figura 9– Abertura da Avenida Paralela, inaugurada em 1974
Fonte: RCGR Informática (2002 in Mendes, 2006, p. 158)

A criação da Avenida Paralela, como área de habitação e comércio, foi baseada em um movimento nacional, que visava a “desconcentração econômica concentrada” e de descentralização administrativa que ainda visava facilitar o controle do poder central sobre as grandes manchas urbanas.

Em função da proximidade de Itapuã, não só com o novo Centro Administrativo da Bahia- CAB, mas também com o Centro Industrial de Aratu- CIA e com o Pólo petroquímico de Camaçari, fez com que o número de habitantes da localidade crescesse e a movimentação no local começa a ficar mais intensa, exigindo uma melhor infra-estrutura urbana.

Outro fator importante, que acabaria influenciando em Itapuã, foi que em 1971, de acordo com Carvalho (2000), o artigo 11 do Decreto-lei 1191 criou o Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, que tem como objetivo prover recursos para financiamento de empreendimentos, obras e serviços de finalidade ou interesse turísticos. Em 1973, o Decreto 71.791 dispôs sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo. Em 1974, a Resolução Confederação Nacional do Turismo - CNTur 641 definiu a prestação de serviços

turísticos das agências. Esses fatores incentivaram a construção de pousadas, hotéis e empreendimentos turísticos em Itapuã.

- **Explosão demográfica e o fortalecimento do turismo**

A falta de planejamento urbano e turístico, fez com que a explosão demográfica de 1980 fosse inevitável e junto a este fato veio o projeto de revitalização da Orla Atlântica de Salvador. Esses acontecimentos fortaleceram Itapuã como um ponto turístico.



Figura 10: Imagem área de Itapuã na década de 1980
Fonte: Picoodle, 2009

Em função do crescimento demográfico e do fortalecimento da atividade turística, o governo municipal da década de 1980, teve que aprimorar a acessibilidade e o desenvolvimento da atividade terciária formal/informal do setor gastronômico, para o consumo turístico que estava intenso. Entretanto as condições de balneabilidade das praias de Salvador eram e ainda hoje são muito questionadas, pois as condições de segurança física, ligadas ao caos da criminalidade, às questões básicas dos toaletes e salva-vidas, caracterizam um espaço que não está sendo preparado para o setor turístico.

A lógica do desenvolvimento de Salvador, no final da década de 1980, deixa de ser partir da indústria e começa a dar os primeiros passos para a base de mercado, serviços e do entretenimento. Uma das peculiaridades deste ajuste é aproximação entre o turismo e o capital imobiliário, seja na construção de equipamentos hoteleiros ou de condomínios

voltados para o turista estrangeiro. Neste sentido Salvador acomoda-se numa nova perspectiva: serviços.

A Constituição Federal de 1988 contemplou o turismo pela primeira vez, no art. 180, cap. I, do título VII, que trata da Ordem Econômica. Nesse artigo o Distrito Federal e os Municípios continuarão promovendo e incentivando o turismo como um fator de desenvolvimento social e econômico.

Cabe salientar que, “a política nacional de turismo, nesse período, acabou restringindo-se a uma política de incentivos financeiros e fiscais, especialmente direcionados para o setor hoteleiro” (CRUZ, 2000, p. 56).

Os anos 80 foi uma década em que vigorou somente planos econômicos que buscavam objetivos de curto prazo. Apesar da criação da Política Nacional de Turismo no governo Collor de Mello em 1991, o turismo só se tornou efetivamente objeto de planejamento a partir do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

• Declínio do Fenômeno Itapuã

O final da década de 80 e o início da década de 90 foi marcada por uma forte expansão da atividade turística em Itapuã, através de uma forte promoção de sua imagem e com a utilização de modelos estratégicos e competitivos de desenvolvimento. No entanto, uma política com ênfase nos serviços, passa a ser mais evidente, a partir de 1991. Com a Lei 8.181, de 28 de março de 1991, que reestruturou a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, as políticas se voltaram fortemente para a divulgação intensa do turismo nacional.

Para Carvalho (2000) o Decreto 448, de 14 de fevereiro de 1992, portanto, no governo de Fernando Collor, foi de grande importância para o turismo por estabelecer como finalidade da Política Nacional de Turismo “o desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional”, que tinha como suas principais diretrizes, a prática do turismo como forma de valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico.

No entanto a Política Nacional de Turismo não chegou a ser aplicada em face da grave instabilidade institucional e econômica. Em meados da década de 1990, deu início a uma nova diretriz da política de turismo ao implantar o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

A partir de 1996 a Política Nacional de Turismo passou a ser efetivamente implementada. Para o período de 1996 a 1999, os principais objetivos eram a ordenação das ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social; a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais; a orientação referencial para o setor privado.

Apesar do incentivo nacional aos municípios brasileiros, Salvador não obteve êxito na forma como desenvolveu os seus espaços turísticos. Na década de 1990 a Secretaria de Turismo era vinculada a Secretaria de Cultura, o que deixa subentendido que a atividade turística, não foi concebida como um vetor de desenvolvimento que merecesse uma estrutura administrativa autônoma. Em 2007 a secretaria de turismo foi criada distintamente e de acordo com BAHIA (2010) tem a “responsabilidade de planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo”.

Devido a diversos fatores políticos e econômicos alguns pontos da cidade foram considerados mais importantes que outros e a atuação do Poder Municipal não aconteceu de forma efetiva em Itapuã. Contudo, mesmo com os problemas de infra-estrutura urbana que faltava em Itapuã continuou sendo um ponto turístico requisitado de Salvador na década de 1990. Em meados desta década Itapuã continuava atraindo novas pousadas e, empresários ainda acreditavam e permaneciam investindo no bairro. Porém, segundo A Tarde (1996), as autoridades competentes não procuraram valorizar a beleza do local e o investindo na infra-estrutura urbana, não foi o necessário.

No final da década de 90, as notícias sobre Itapuã se voltaram para a violência e a desigualdade social, em um mesmo local, podem-se ver mansões deslumbrantes, simples edifícios de classe média e casas bem modestas. Apesar de ser um lugar que inspirou muitas canções, poesias, pinturas, Itapuã sofreu com o crescimento urbano desenfreado e como consequência disso tem seus contornos bucólicos transformados em mais um endereço de concreto, blindex e aço, para a segurança. Esses acontecimentos assustaram os turistas e consequentemente a demanda pelos serviços turísticos caíram prejudicando em parte a economia local.

É válido afirmar, que a sociedade é um agente determinante nas decisões que envolvem o espaço urbano em que habitam e que, por diversos interesses e motivos, a classe alta da sociedade influenciam de maneira mais marcante junto ao órgão público. Isto faz com que, um mesmo espaço tenha diversos ambientes estruturados de formas diferentes, uns com mais deficiências que outros. Neste sentido, Santos (1996) afirma que “... as formas envelhecem por inadequação física, quando, por exemplo, ocorre desgaste dos materiais. Já o

envelhecimento social corresponde ao desuso ou desvalorização, pela preferência social a outras formas”.

No início do século XXI, as queixas continuam. Moradores reclamam das carências do bairro que não possui hospital e nem pavimentação em muitas de suas ruas. Patrocínio (2001) diz que o fim de tarde pregado por Caymmi, aconchegante embaixo de um coqueiro, convive lado a lado com o barulho e a poluição das descargas de caminhões e um trânsito irritante. A beleza da praia e clima tranquilo se mistura com o escoamento de esgotos e meio ambiente comprometido.

A fim de recuperar a imagem turística de Itapuã e de lutar por uma melhoria de vida, a comunidade denuncia a degradação de Itapuã através do Primeiro Fórum Itapuã no século XXI - O Bairro que queremos. Que aconteceu em 2005. Apresentar as autoridades projetos e planos urbanísticos para Itapuã e macrorregião, em busca da revitalização do local, foi o objetivo principal do fórum.

Atualmente, o que se pode perceber é que Itapuã continua sofrendo com degradação, sujeira e muita violência. A localidade mostra uma realidade de certo abandono das autoridades e de decadência. São calçadas esburacadas e sujas, lixos, flagrantes de consumo de drogas e estabelecimentos que despejam esgoto na areia da praia. A violência, o tráfico de drogas e a falta de infra-estrutura se tornaram nos últimos anos as principais características da região.

Contudo, é perceptível a potencialidade do local para o turismo, e apesar do incentivo, mesmo que falho, e do fortalecimento das políticas de turismo Itapuã não conseguiu sustentar a demanda turística que existia há décadas atrás.

"Esse Abaeté aqui não era nada, essa era uma área despovoada. Hoje, o transporte pra cá leva 30 a 40 minutos, mas antigamente só tinha ônibus aqui no final de semana. Aqui, era considerado até área de veraneio, como uma Itaparica, um Morro de São Paulo. As pessoas vinham da cidade e alugavam a casa por três meses para veraneiar. Agora não, são moradores fixos, é um bairro mais do proletariado." Morador de Itapuã, Ednaldo Cristo (2002).

Através deste depoimento, entende-se que os espaços são transformados e produzidos em função das necessidades do homem e é inevitável não perceber as transformações quando se faz parte deste contexto, independente de processos urbanos. A maneira como os lugares ganham forma e vão se modificando é a essência das questões relacionadas com as transformações. Nas imagens apresentadas a seguir é possível visualizar as mudanças de alguns pontos de Itapuã.



Figura 11: Igreja Nossa Senhora da Conceição de Itapuã (ano não informado)
Fonte: Baiano, 2008



Figura 12: Igreja Nossa Senhora da Conceição de Itapuã em 1980
Fonte: Baiano, 2008



Figura 13: Farol de Itapuã, ano não informado.
Fonte: Baiano, 2008.



Figura 14: Farol de Itapuã em 2007.
Fonte: Baiano, 2008

ATRATIVOS	CARACTERÍSTICAS
PRAIA DE ITAPUÃ	Praia de águas tranqüilas, boa para canoas e jangadas, com areia grossa e uma bela visão da cidade, ao longe. Também cercada por uma barreira natural de recifes.
COQUEIRAL	A beleza e a sombra dos coqueirais de Itapuã, citados nas obras de Caymmi e Vinícius de Moraes hoje, já não são tão abundantes, foram desmatados. No entanto ainda é possível encontrá-los.
LAGOAS	A Lagoa do Abaeté é um dos principais ícones de Itapuã, havendo diversas lendas a seu respeito. Tem águas escuras em forma de um funil. Seu fundo, formado por sedimentos e areia, costuma ser descrito como “pegajoso”. Além da Lagoa do Abaeté, existem outras como a Lagoa Dois-Dois, temporária, que apresenta água transparente, a Olhos D’Água, a Cacimba e a Barragem, que era a antiga fonte de água potável para a região.
DUNAS	A areia alva e fina das dunas costumava cobrir boa parte do solo de Itapuã. Por causa do número de construções que têm sido feitas na área e, em função da mudança do ecossistema, boa parte da areia está coberta pela vegetação ou não existe.
FAROL DE ITAPUÃ	Quinto farol a ser erguido na Bahia. Foi erguido sobre a pedra de Piraboca, em 1873. Tem 21 metros de altura e pode ser visto a 14 milhas de distancia. É um importante patrimônio material e cultural do local.
PARQUE METROPOLITANO DO ABAETÉ	Criado em 1993, com uma estrutura que contém um Centro de Atividades, a Casa das Lavadeiras e a Casa da Música, além de 2 km de vias para caminhada, 17 quiosques, dois estacionamentos, um terminal turístico para ônibus e um playground para as crianças brincarem.
SEREIA DE ITAPUÃ	Um dos principais símbolos do bairro. Construída pelo artista plástico Mario Cravo em homenagem aos pescadores e aos elementos que identificam o mar. A sereia mede aproximadamente 1,5m, é feita de ferro batido, pintada de prata. Foi instalado em 1958.
ESTÁTUA DE BRONZE DO POETA VINICIUS DE MORAES	Foi encomendada pela Fundação Gregório de Mattos (FGM) ao artista plástico Juarez Paraíso, que contou com a participação de Márcia Magno, Renato Viana e Paula Magno na obra.
IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ITAPUÃ	Localizada onde hoje é a praça Dorival Caymmi, é a principal igreja de Itapuã começou como uma capela de pescadores, em 1625. É um dos mais importantes patrimônios históricos e culturais de Itapuã, com valiosas imagens de Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição da Praia e de Nossa Senhora de Sant’Ana.
LAVAGEM DE ITAPUÃ	Em frente à Igreja da Nossa Sr ^a da Conceição, as baianas lavam as escadarias do templo. As portas da Igreja ficam fechadas, enquanto os adeptos da fé sincrética fazem uma faxina espiritual e na entrada do prédio. A festividade teve início há cerca de 100 anos e nasceu de uma homenagem anual que os pescadores faziam a Yemanjá
FESTA DA BALEIA	Idealizada em 1987 com o objetivo de resgatar uma parte importante da história do bairro através da alegoria visual. A baleia foi escolhida por ter sido o pilar da primeira atividade econômica relevante de Itapuã. É representada a chegada de uma baleia feita de papel, madeira e tecido, conduzida pelos pescadores, e segue em cortejo até o lugar onde ficará exposta. Na quarta-feira de cinzas, a Baleia retorna ao mar.
MALÊ DE BALÊ	Um bloco fundado em 1979 por moradores de Itapuã. O nome é uma homenagem aos Malês, negros muçulmanos que lutaram contra o processo de escravidão e constituíram uma comunidade de resistência na Bahia. O Malê tem na sua percussão e na sua dança um elo forte com a tradição cultural afro, mesclada com contemporaneidade de sua comunidade.

Quadro 2: Principais pontos turísticos de Itapuã.

Fonte: Elaborado pela autora, 2010.

Mesmo com todos estes atrativos turísticos, Itapuã passa por uma grande fase de abandono e descaso. A atual situação do local é conseqüência de diversos acontecimentos e fatores que podem ser externos, mas são principalmente inerentes a este local. No espaço urbano e turístico de Itapuã identifica-se a existência de agentes produtores do espaço, que são residentes, os organizadores privados, o poder público, além dos turistas. Tais agentes são os principais responsáveis na transformação de uma localidade turística, por produzirem o espaço de maneira característica e específica aos seus costumes e tradições.

Contudo, o poder público e a iniciativa privada assumem um papel de maior relevância em relação aos demais agentes. É necessário que estes responsáveis pelo espaço, saibam de que maneira podem atuar para efetivar a organização do local. De acordo com Alves (2009), a formação de parcerias entre os atuantes podem contribuir para, o fortalecimento do turismo enquanto atividade econômica e gerar ações através de projetos de planejamento urbanístico que possam melhorar a qualidade de vida da comunidade e conservar o meio ambiente e a cultura local.

Em Itapuã, existem questionamentos sobre a forma como os residentes e os demais agentes se posicionaram em relação ao processo de urbanização, o qual a localidade foi submetida e, quais são os reflexos deste processo na localidade atualmente. Desta forma, será analisada a relação entre os agentes atuantes em Itapuã e o turismo, a fim de entender a real influência dos agentes produtores e da atividade turística nas transformações espaciais urbanas da localidade.

4.1 A COMUNIDADE

Os residentes podem participar na produção do espaço turístico, segundo Alves (2009), de forma passiva, quando aceitam as determinações dos agentes turísticos hegemônicos (estado e o mercado), de forma omissa, quando compactuam com a racionalidade dos atores que imprimem a lógica que deve pautar a produção urbana e turística do local, ou ativamente, quando se manifestam através dos movimentos sociais e como cidadãos que cobram e exigem seus direitos.

Com base na pesquisa de campo realizada na localidade de Itapuã, entre janeiro e fevereiro de 2010, na qual foram feitas entrevistas com 30 moradores, é possível analisar os resultados que, de maneira geral, revelam o comportamento de parte da comunidade em

relação ao turismo e as transformações espaciais urbanas. Vale ressaltar que as entrevistas foram feitas para obter resultados qualitativos que pudessem contribuir com o desenvolvimento do trabalho e não com o intuito de tabelar dados quantitativos.

Em entrevistas feitas com representantes da comunidade, é perceptível, a partir dos resultados, que os moradores locais têm a consciência que a atividade turística trouxe aspectos positivos e negativos para Itapuã. Sejam eles sociais ambientais ou econômicos. O turismo influenciou de maneira significativa no desenvolvimento da infra-estrutura local, assim como atraiu aspectos negativos como prostituição, violência, criminalidade, poluição ambiental e sonora, etc. Contudo, vale ressaltar que esses fatores não são oriundos da atividade turística, mas, podem se tornar mais latentes com a presença de turistas.

Alguns atos provenientes da atividade turística acarretam no cotidiano da população, conseqüentemente na dinâmica urbana. A concentração de turistas em determinadas épocas do ano (geralmente no verão), junto a um grande numero de pessoas que se deslocam de um local para outro em função do trabalho, geram alguns problemas que incomodam os residentes de Itapuã.

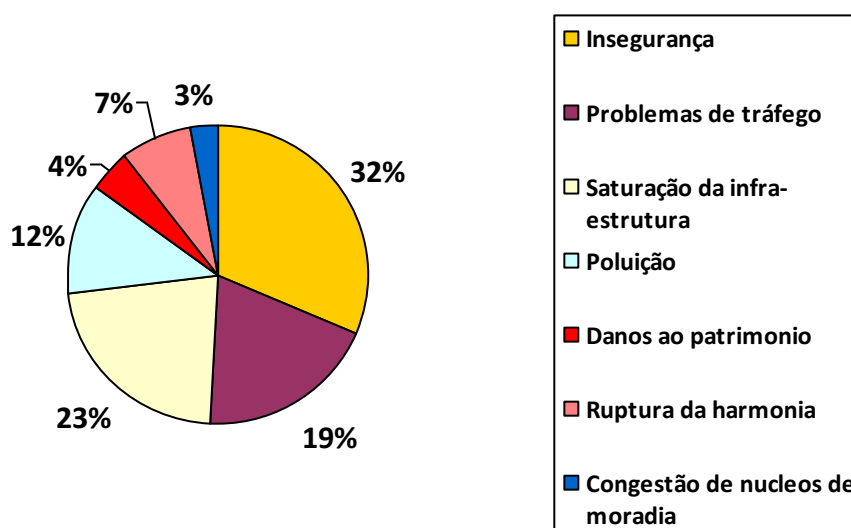


Gráfico 1: Problemas que incomodam os residentes de Itapuã.
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Dentre os problemas, os mais citados são: a insegurança, a saturação das vias de comunicação que geram os problemas de tráfego; congestão de núcleos de moradia, gerados pelas segundas residências (casas de veraneio) e hospedagem turísticas; ruptura da harmonia da paisagem urbana devido às desmedidas transformações dos núcleos urbanos por falta de estrutura para atender a demanda turística; danos e alteração, que acabam sendo permanentes, ao patrimônio cultural e ambiental do local e a poluição.

Em contrapartida, existem benefícios motivados pelo turismo. A geração de emprego e renda é o principal fator destacado pela população de Itapuã, além do auxílio da atividade a proteção ao meio ambiente (a exemplo da lagoa do Abaeté que atualmente é tombada pelo estado) e a implementação da infra-estrutura citada por moradores.

Um fator importante para Itapuã é a presença ativa de associações e Organização Não Governamental - ONG³ na localidade. A Organização Sócio-Ambientalista Jogue Limpo, Organização de Amigos e Apoiadores a Comunidade de Nova Brasília de Itapuã, Grupo Ecológico Desportivo e Cultural Nativos de Itapuã - GENI, Sociedade cultural recreativa e carnavalesca Malê Debalê, dentre outras, fazem trabalhos sociais, culturais e ambientalistas para a comunidade e o meio ambiente de Itapuã. As iniciativas dessas instituições contribuem para que o local não perca a originalidade e essência que o fez uma potencialidade turística.

Todavia, existe a passividade dos moradores diante dos fatos ocorrido em Itapuã e a conformidade destes, chamam a atenção. A localidade é bem mista entre pessoas de classe alta e baixa, e a produção espacial é perceptivelmente excludente. O sistema de transporte urbano não consegue atender a necessidade de quem o utiliza, e os equipamentos de lazer são visivelmente destinados para pessoas de poder aquisitivo elevado. Os agentes turísticos (empresários e Poder Público), segundo os moradores, são pouco atuantes na região, além de não inserir os residentes nos processos decisórios que se referem ao local.

Entende-se que uma parcela significativa da população não faz valer o seu direito à manutenção e preservação de suas áreas de lazer e a uma infra-estrutura urbana de qualidade. É válido dizer que não existem mecanismos que possibilitem a inclusão do residente no planejamento e gestão turística do local. Todos os entrevistados responderam que nunca foram consultados ou ouvidos a respeito do planejamento dos espaços turísticos e também urbanos da localidade.

Apesar de existirem muitas reclamações em relação à falta de saneamento básico, poluição das praias, falta de hospitais, agências bancárias, calçamento das ruas e principalmente insegurança, que foi o fator citados por todos, desde moradores até empresários, a comunidade manifestou uma grande satisfação por morar em Itapuã. As pessoas habitantes neste local são encantadas com a beleza e a singularidade do local. O turismo é bem aceito pelos residentes que reconhecem que a atividade teve grande influência no processo de urbanização do local.

³ “Organização Não Governamental (ONG) é o corpo ativo da sociedade civil organizada. Somente através da força da sociedade é que se pode garantir mudanças concretas e cobrar o papel regulador do estado” (PEN, 2003)

A participação em movimentos sociais, a formação de associação de moradores que possam debater assuntos de interesse de todos, reivindicar o direito à cidade, ao lazer e a melhoria da qualidade de vida. São atitudes que devem partir da comunidade de Itapuã a fim de influenciar o processo do planejamento turístico e urbano, em prol das necessidades da comunidade residente.

4.2 A INICIATIVA PRIVADA

A iniciativa privada que aqui será discutida é entendida, segundo o Ministério do Turismo (2010), como empresas constituídas de sócios sem participação do Governo (em qualquer esfera), composta por capital aberto ou fechado, tendo como sócios tanto pessoas físicas como pessoas jurídicas e, geralmente são as maiores responsáveis por investimentos no setor industrial brasileiro.

Aborda-se como iniciativa privada de Itapuã, o conjunto de equipamentos e prestadores de serviços turísticos como hotéis, pousadas, equipamentos de restauração⁴e lojas de *souvenir*. Essas organizações privadas são de extrema importância para a economia local, já que, além movimentar e atender o fluxo de turistas gera renda e empregos para a localidade.

A atividade turística é executada, fundamentalmente, pela iniciativa privada e envolve um amplo leque de oportunidades para o desenvolvimento da oferta de serviços. Assim, faz-se imprescindível a disponibilidade de crédito em quantidade e em condições adequadas aos micros, pequenos, médios e grandes negócios do turismo (BRASIL, 2010).

Apesar da existência de programas de incentivo do governo, é válido ressaltar que grande parte dos hotéis e pousadas de Itapuã necessitam de incentivo para modernização de seus equipamentos. É necessário considerar que a pesquisa de campo, através de entrevistas feitas com os estabelecimentos privados, revelou que 85% das 20 organizações privadas, considerando, hotéis, pousadas, restaurantes e bares, estão na localidade em função da alta demanda turística da década de 1980 até meados de 1990.

⁴ Entende-se como equipamentos de restauração os bares, restaurantes, cafeterias, pizzaria e entre outros do mesmo gênero.

Observa-se assim que, grande parte dos estabelecimentos além de serem de médio a pequeno porte, já estão ultrapassados e não tem o retorno financeiro necessário para uma modernização, em função da baixa demanda turística. Porém ainda existe uma expectativa em relação ao turismo, assim como mostrou a gerente de um hotel. “Eu acredito muito no turismo. Para Salvador é uma atividade com muitos viés, cheia de alternativas. E que pode gerar uma grande economia desde que a cidade esteja mais limpa, mais cuidada e que as pessoas sejam mais educadas com os turistas”. Isadora Santos (2010).

É válido ressaltar que muitos dos empresários locais são moradores de Itapuã e admitem também sentir falta de uma infra-estrutura melhor. Por ser um local bastante populoso e tem um centro comercial grande, acredita-se também que a localidade tenha potencial para o comércio.

Parcerias com bancos públicos federais, com o intuito de promover as condições de serviços financeiros e de crédito se faz necessário para estimular e contribuir com o desenvolvimento do setor turístico na região. Projetos para a divulgação dos atrativos da região também podem ajudar por atraírem não só turistas, que movimentam a economia local, como ainda potenciais investidores do Brasil e do exterior. Estas ações, mesmo que de forma passiva, são esperadas pelos empresários.

A iniciativa privada é um agente que pode possibilitar a atuação das organizações não governamentais, através de apoio aos projetos. Sem o apoio do setor privado, torna-se muito difícil para a organização não governamental sobreviver. Atitudes como esta da iniciativa privada pode ser uma oportunidade única para organização divulgar as suas ações sustentáveis e também criar um relacionamento com importantes esferas da sociedade.

Pressupõe-se que os estabelecimentos, enquanto agente produtor tem a função de contribuir com o desenvolvimento e crescimento de um espaço turístico, atuando com ações junto à comunidade com o objetivo de conservar os atrativos turísticos da e difundir a cultura e tradições do local.

4.3 O PODER PÚBLICO

A partir dos fatos abordados pela comunidade e pelos empresários locais, analisa-se o papel do Poder Público na localidade Itapuã. No entanto, é preciso salientar que a

ponderações sobre o Poder Público foram baseadas em pesquisa bibliográfica, de fontes secundárias como jornais, revistas, livros, monografias, teses e meios eletrônicos.

Por ser gestor do sistema público urbano da cidade, pressupõe-se que cabe ao poder municipal organizar o espaço turístico urbano, não só de Itapuã mais de Salvador como um todo. Enquanto a população não tiver acesso ao transporte público, a segurança, a equipamentos de lazer, a educação, a saúde, a boas condições de moradia, pode se afirmar que o poder público não cumpre à sua função social, econômica, cultural e de preservação ambiental.

É possível entender, que a qualidade de vida da população depende do cumprimento das funções legais pré-fixados em planos municipais. Contudo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador em vigor desde 2002 é, em parte, um plano ideal sem aplicação prática e não um plano efetivo e eficaz, capaz de organizar, o sistema de transporte e saúde, as ruas e praças, os terrenos baldios, os monumentos e pontos turísticos, e a infra-estrutura de serviços em geral, voltados para o residente e para o visitante também.

A falta de ações adequadas do poder público, reflete na localidade de Itapuã, que sofre com uma infra-estrutura inadequada. A população crítica a forma como o Estado se posiciona diante dos fatos. A carência de segurança pública é a maior queixa da comunidade em relação à gestão governamental. Moradores e empresários afirmam que o declínio da demanda de turistas no local está relacionado com o descuido do Poder Público para com Itapuã, não o valorizando como um espaço urbano de qualidade consequentemente não o valorizando como um espaço turístico com forte potencial.

Segundo Pearce (1999 apud LICKORISH; JENKINS, 2000), setor público se envolve no turismo por diversas razões, o nível de intervenção do governo varia, em grande atua com políticas mais amplas. Os fatores econômicos estão em geral em primeiro plano. Isso inclui aumentar ganhos do câmbio exterior, as taxas estaduais, o número de empregos, a diversificação econômica, o desenvolvimento regional e o estímulo do investimento não voltado ao turismo. As responsabilidades sociais, culturais e ambientais também levam a um envolvimento do governo, bem como diversas considerações políticas.

De forma global, o Estado deveria entender a organização do espaço urbano como uma forma de gerar vantagens para a população e a para a cidade como um todo. Isto poderia garantir um grande desenvolvimento para o município, o que gera renda, riqueza, empregos e uma melhoria na qualidade de vida da população.

Em relação a equipamentos de lazer como praças e a própria praia de Itapuã, muito foi argumentado a respeito da sua manutenção. Os equipamentos de lazer precisam ser

estruturados para a população local e não para o turista, afinal, o que atrai o turista é a originalidade de cada local e não locais que são criados para eles, até denominados de Não-lugar⁵ e que, por muitas vezes não conseguem alcançar o sucesso. Além disso, é válido repetir que o espaço urbano deve ser preparado para a população, pois a qualidade do espaço turístico só se dá quando há qualidade de vida da comunidade.

Diante dos fatos que afirmam a degradação da localidade de Itapuã, a comunidade está desacreditada, em relação a uma ação positiva do poder público. Contudo, ao mesmo tempo, é perceptível uma esperança de que as mudanças são possíveis. É válido acreditar nisso, por saber que existem leis e diretrizes que resguardam o direito que todo o cidadão tem a cidade. Deve-se dizer também que colocar as políticas em ação e concretizar as suas funções, é tarefa árdua para o Poder Público e isso depende de um esforço conjunto. Todos os agentes precisam contribuir, no sentido de cuidar também do seu espaço, não achando que essa função só cabe ao Estado. Enquanto coletividade é necessário lutar por espaços mais organizados, a fim de alcançar o bem-estar da coletividade.

Para tanto, o Estado também deve atuar no sentido de fornecer uma estrutura urbana de qualidade e os serviços básicos como segurança, iluminação e asfaltamento das ruas. Esses últimos pontos citados são o motivo de maior inconformidade do setor privado. Os empresários afirmam que a falta de segurança e iluminação está sendo um dos maiores motivos para o afastamento dos turistas.

4.4 PERSPECTIVAS DOS AGENTES EM RELAÇÃO ÀS TRANSFORMAÇÕES

Os atores envolvidos com o espaço urbano turístico de Itapuã mostram-se cientes da atual realidade do local. Em função disso, criam as perspectivas de mudanças para minimizar os impactos sociais, ambientais e econômicos em que se encontram.

⁵ Segundo Dias (2010), não-lugar não inscreve a identidade, nem a relação, nem a história, pois a história é aí reduzida à informação, a identidade a um conjunto de descrições numéricas, como o número do cartão de crédito, da identidade, do passaporte etc., e a relação com o outro é reduzida à espetacularização. Nessa perspectiva, o usuário dos não-lugares anda ao lado de milhões de outras pessoas, mas está só e é a tecnologia que se interpõem entre ele e o mundo exterior.

O Poder público necessita apenas atuar na área em questão e cumprir as diretrizes e leis que foram impostas nos planos municipais. Este agente produtor não necessita de retorno, pois é função do Estado assistir a sociedade. Contudo, ao contrário do poder público, a iniciativa privada espera retorno financeiro para continuar prestando os seus serviços. Incentivar os investimentos dos empreendedores do turismo, em especial os de pequeno e médio porte, são perspectivas da iniciativa privada. Este incentivo do governo pode ampliar e melhorar a oferta de equipamentos e serviços turísticos, além de gerar novos postos de trabalho por meio da ampliação das atividades ligadas ao turismo, o que conseqüentemente beneficiaria a comunidade local.

As perspectivas dos residentes são sempre em torno de uma melhor qualidade de vida. O aprimoramento da oferta dos sistemas de infra-estrutura urbana e uma significativa melhora na segurança pública são os principais problemas que precisam ser solucionados de acordo com a opinião da comunidade local. Os residentes são agentes produtores do espaço ativos, principalmente por contribuírem na arrecadação dos impostos, que são revertidos em subsídios para a manutenção desses espaços, como também por habitarem neste espaço que faz parte do seu cotidiano e influência na qualidade de vida.

Para que haja uma qualidade de vida dos habitantes, sistemas urbanos precisam atender às necessidades da sociedade. Contudo quando se trata de um espaço turístico, cuja presença de visitantes é freqüente, a atenção para a infra-estrutura que compõe o espaço precisa ser ainda maior e adaptada de forma a atender o fluxo de pessoas do local e contribuir para a construção de um espaço harmônico entre o residente e o turista.

5 CONCLUSÃO

De acordo com o que foi abordado em todo o trabalho, entende-se claramente que é inevitável o uso do espaço pelo turismo. Assim sendo, este espaço vem a se transformar em espaço turístico, no qual o turismo pode ser depredador e/ou potencializador de desenvolvimento. Essa relação estreita e dependente entre o espaço urbano e o turismo, é perceptivelmente marcante na localidade de Itapuã, a qual teve fortes influências da atividade turística no processo de transformação urbana do seu espaço.

Os elementos turísticos inseridos no espaço já são por se só, uma grande intervenção da atividade turística, por alterar a imagem e propiciar uma dinâmica urbana diferente para a localidade. No entanto, as características do espaço vão definir o segmento e os rumos da atividade turística inserida neste, ou seja, o turismo também é influenciado pelo espaço em que está.

Com a análise do processo das transformações espaciais urbanas de Itapuã, foi possível identificar períodos históricos significativos, determinantes para a atual condição em que se encontra o local e, de que forma atuaram os atores envolvidos, que são os agentes produtores do espaço. O Poder Público, que talvez seja o principal interventor do espaço, não conseguiu atender as necessidades do local, o que ocasionou o declínio da demanda turística, assim como, da qualidade de vida da população local.

A atuação do Poder Público em Itapuã foi e está sendo ineficaz, mesmo com leis e diretrizes que mostram nitidamente quais são os direitos da sociedade e como as ações em torno do espaço urbano e da atividade turísticas devem ser conduzidas. Neste contexto, conclui-se que planejamento não é o principal problema do local, os planos existem, mesmo que falhos, mas a execução das ações não estão acontecendo, o que mostra que a comunidade pode exigir os seus direitos. Uma gestão que permita a participação da comunidade no sentido de, ouvir representantes de diferentes associações atuantes na localidade e escutar as diversas demandas, pode, futuramente, provocar alternativas que mostrem a importância da participação da sociedade nos processos decisórios da localidade, entendendo sempre que, só a participação não resolverá os problemas, além de aproximar o Poder Público da comunidade local, gerando uma relação mais estreita.

Vale ressaltar, que a comunidade e as organizações privadas também são responsáveis pelas transformações espaciais ocorridas em Itapuã. As organizações privadas,

não contribuíram para manter e melhorar o espaço, quando não fizeram parcerias, apesar disso não ser uma imposição, para incentivar e divulgar o turismo no local, assim como, não desenvolveram programas sociais que pudessem qualificar a comunidade e até mesmo anunciar a própria organização como propagadora de ações sociais e desenvolvimento sustentável.

A comunidade também tem sua parcela de responsabilidade, ao ser passiva e mostrar-se satisfeito com a infra-estrutura oferecida pelo Estado, mesmo que esta seja insuficiente e ineficaz. Contudo, a população local necessita entender que são os maiores prejudicados com as falhas do sistema público.

É possível concluir que, na medida em que o espaço urbano vai sendo turistificado, existe tendência à intensificação de problemas de natureza socioambiental como prostituição, violência, poluição das praias, problemas no tráfego, dentre outros. Estes fatores interferem no cotidiano e nas atividades de lazer dos residentes que acabam se deslocando para outras áreas, em busca de lugares mais tranquilos para ocupar seu tempo livre. É preciso ressaltar que essas são as consequências que mais refletem na vida da comunidade local, que muitas vezes até preferem não sair de casa em função da grande falta de segurança que paira em Itapuã.

Itapuã sempre foi reconhecida como bucólica, boêmia, agradável, tranquila e turística, hoje é vista também como decadente e degradada e mal cuidada. Deve-se reconhecer um grande esforço de estudos acadêmicos, música, organizações privadas, meios de comunicação e principalmente dos residentes com o objetivo de não deixar a imagem de Itapuã acabar. No entanto é necessário o auxílio do Poder Público para uma possível recuperação e reconstrução do espaço urbano turístico de Itapuã.

Itapuã hoje vive um processo de degradação ambiental e segregação social, acompanhado, principalmente, da falta de segurança e de manutenção dos atrativos turísticos e até mesmo da infra-estrutura urbana. Frente a essa situação o turismo no local sofre uma grande crise, a falta de demanda turística prejudica os hotéis, pousadas e equipamentos de restauração, conseqüentemente a economia local. Percebe-se com isso que a relação entre o espaço urbano e o turismo é constante, o mau funcionamento de um prejudica o outro, no entanto, é necessário destacar que a atividade turística há tempos atrás auxiliou a ocupação do local e hoje não está conseguindo sustentar o local. Isso mostra que a junção e participação de todos os atores envolvidos é imprescindível para o desenvolvimento sustentável de um local.

O que se deve entender é que, Itapuã precisa ser tratada de forma a favorecer tanto os residentes quanto a atividade que mais movimentava a economia deste local: o turismo. Da

mesma forma que as transformações passadas aconteceram sempre atreladas ao turismo, as transformações espaciais urbanas atualmente necessárias, podem e precisam ser auxiliadas pela atividade turística, a fim de reestruturar o espaço urbano para uma melhor qualidade de vida da população local, assim como recuperar o espaço turístico para atrair visitantes e favorecer a iniciativa privada e conseqüentemente a economia local.

REFERÊNCIAS

ALVES, Karina Messias da Silva. et al. **O papel do residente na produção do espaço turístico em Natal/RN**. In: Revista de cultura e turismo, ano 3, n. 3, julho 2009.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O espaço em movimento: a dinâmica da Pituba no século XX**. Salvador: EDUFBA, 2005.

BAHIA, Secretaria de turismo. Salvador: 2010. Histórico da Secretaria de turismo. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/institucional/historico/>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

BAIANO, Léo. **Fotos antigas de Salvador**. Disponível em: <<http://www.leobaiano.com/fotos-antigas-de-salvador.html>>. Acesso em 20 out. 2009.

BAIRRO DE ITAPUÃ CONTINUA ATRAINDO NOVAS Pousadas. **Jornal A Tarde**, Salvador, 10 jan. 1996. Caderno turismo, p. 4.

BRASIL. Constituição (1988). Ementa constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. **Artigo 6º da Constituição Federal**. Brasília: Gráfica do Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 28 fev. 2010.

_____. Constituição (1988). Ementa constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. **Artigo 182 § 1º da Constituição Federal**. Brasília: Gráfica do Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 28 fev. 2010.

BRASIL, Estatuto da Cidade (2001). **Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 19 fev. 2010.

BRASIL, Ministério do turismo. **Fomento a Iniciativa privada**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/fomento_iniciativa_privada/>. Acesso em 21 jan.2010

CARVALHO, Allan Francisco de. **Políticas públicas de turismo no Brasil**. In: Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 97-109.

CARVALHO NETO, José F. **A consolidação institucional do planejamento na Bahia**. Análise & Dados, Salvador, v.12, n.2, set. 2002.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo e ordenação no espaço urbano**. In _____ (org.). Turismo Urbano. São Paulo: Contexto, 2000. p. 23–32.

CIDEU - Centro Iberoamericano de desenvolvimento estratégico urbano. **Processo de urbanização de Salvador**. Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.cideu.org/site/content.php?id=2103>>. Acesso em: 08 nov. 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Àtica, 2005.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; OLIVEIRA, Alexandre Magno de; RAMOS, Marcelo Viana. **População, Turismo e Urbanização: conflitos de uso e gestão ambiental**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DIAS, Clímaco César Siqueira. **Salvador e as novas questões metropolitanas**. In: Salvador nos Trilhos. Salvador: 2005. Disponível em: <http://www.cbtu.gov.br/eventos/serie/sal/desenvolvimento%20urbano.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2010.

DIAS, Cristiane. **Habitar o não-lugar**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=25&id=289>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

EARTH, Google. **Imagem aérea da localidade de Itapuã**. 2008. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&source=hp&q=%20itapu%C3%A3&um>>. Acesso em 20 out. 2009.

GONÇALVES, Bruno Vieira. **Atuação das ONGs ambientalistas na promoção da Sustentabilidade urbana: Estudo de caso da APA Lagoas e Dunas do Abaeté**. Salvador, 2009. Originalmente apresentada como monografia de graduação, Universidade do Estado da Bahia, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/2007>>. Acesso em: 07 ago. 2009.

_____. **Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=892&id_pagina=1>. Acesso em: 21 fev. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEW, Alan. **Compêndio de Turismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LICKORISH, Leonard John; JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MENDES, Victor Marcelo Oliveira. **A problemática do desenvolvimento de Salvador: análise dos planos e praticas da segunda metade do século XX(1950-200)**. Rio de Janeiro: 2006.

MENEZES, Ednilson Luiz Santana. **O Processo de modernização de Salvador no início do século XX: transformações urbano-sociais impostas à cidade entre 1900 a 1930**. Salvador: 2002. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade federal da Bahia, 2002.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do mercado turístico**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2001.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PATROCÍNIO, Adriana. Onde o bucólico se mistura com a degradação. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p. 7, 22 out. 2001.

PEN, Jeane Capelli. **Políticas Ambientais e as Organizações Não Governamentais**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/artigos/tese_politicas.html>. Acesso em: 01 mar. 2010.

PETENUSCI, Marcela Cury. **Introdução ao planejamento urbano**. Disponível em: <http://cmq.esalq.usp.br/wiki/lib/exe/fetch.php?media=publico:syllabvs:lcf0636:planejamento_urbano.pdf>. Acesso em 07 ago. 2009.

PICOODLE. **Itapuã na década de 1980**. Salvador, 2009. Disponível em: <http://img02.picoodle.com/img/img02/3/1/17/f_ItapuDcadadm_43512d7.jpg> Acesso em 10 dez. 2009

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 3. ed São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos; CRUZ, Rita de cássia Ariza de (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p.55-62.

RUSCHMANN, Dóris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. 4. Ed. São Paulo: Papyrus, 1997.

SALVADOR. **Plano diretor de desenvolvimento urbano do município de Salvador**. Lei nº 7.400/2008. Disponível em: < <http://www.sucom.ba.gov.br/media/5967/lei7400-08.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

_____. **Plano diretor de desenvolvimento urbano do município de Salvador**. Lei nº 3.525/85. Salvador, 1985.

SALVADOR, Secretaria municipal de desenvolvimento urbano. **Mapa da região metropolitana de Salvador**. Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.sedham.salvador.ba.gov.br/>>

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e método**. 4. ed São Paulo: Nobel, 1997.

SAMPAIO, Antonio H. L. **Formas urbanas: cidade real e cidade real uma contribuição ao estudo urbanístico de Salvador**. Salvador: Quarteto; PPGAU, 1999.

SILVA, Iracema Reimão. et al. **Diagnóstico ambiental e avaliação da capacidade de suporte das praias de Itapoã, Salvador, Bahia**. Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v21n1/v21n1a05.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2009.

SILVA, Liliane de Araújo. **De paisagem a cenário: A construção da atual orla marítima de Salvador**. Salvador: 2002. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade federal da Bahia, 2002.

SILVA, Paulo R. Guimarães da. **Identidade, territorialidade e ecologismo: O caso da lagoa do Abaeté**. In: Caderno CRH. Salvador, n. 18, p. 117-137, 1993. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/>>. Acesso em 14 out. 2009.

VERDE MAR. **Mapa ilustrativo dos pontos turísticos de Salvador**. Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.verdemarpousada.com.br/fotos/mapa-salvador.jpg>>. Acesso em 10 dez. 2009.

VIEIRA, Mirna Ligya. **Turismo urbano – Práticas e Perspectivas**. In: Revista de Turismo, v.1, n. 1, dez. 2005.